

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
ADMINISTRAÇÃO

WANESSA SUELEN LIMA DE AZEVEDO

OS AUXÍLIOS ESTUDANTIS E SUA INFLUÊNCIA PARA A PERMANÊNCIA DOS
ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO NO CAA.

CARUARU
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
ADMINISTRAÇÃO

WANESSA SUELEN LIMA DE AZEVEDO

OS AUXÍLIOS ESTUDANTIS E SUA INFLUÊNCIA PARA A PERMANÊNCIA DOS
ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO NO CAA.

Trabalho apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em
Administração, da Universidade Federal de Pernambuco, Centro
Acadêmico do Agreste, como requisito parcial para aprovação na
disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.
Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Silvana Medeiros Costa

CARUARU
2015

WANESSA SUELEN LIMA DE AZEVEDO

OS AUXÍLIOS ESTUDANTIS E SUA INFLUÊNCIA PARA A PERMANÊNCIA DOS
ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO NO CAA.

Este trabalho foi julgado adequado e aprovado para a obtenção do título de graduação em
Administração da Universidade Federal – Centro Acadêmico do Agreste.

Caruaru, 03 de março de 2015

Prof. Cláudio José Montenegro de Albuquerque, Mestre
Coordenador do Curso de Administração

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Silvana Medeiros Costa, Doutora
Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste
Orientador

Prof. Fernando José do Nascimento, Doutorando
Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste
Examinador

Prof. Francisco Carlos Lopes da Silva, Doutor
Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem ele não teria realizado este trabalho. Em segundo, agradeço à minha mãe Elineide Maria, tanto pela educação quanto ao exemplo de mulher e mãe, e que infelizmente não conseguiu ver este trabalho concluído.

Agradeço à minha orientadora, Prof^a. Dra. Silvana Medeiros, pela disponibilidade, paciência e atenção para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores, pela contribuição para o meu desenvolvimento.

Ao meu esposo por tanta paciência e compreensão ao decorrer do estudo.

Aos amigos pelo apoio e incentivo para realização deste trabalho, em especial a minha querida amiga Lenize Eduarda.

Aos amigos conquistados na UFPE, pelo companheirismo e apoio durante todo o curso de Administração.

Muito Obrigada!

RESUMO

Este estudo tem como tema a influência da política de permanência estudantil na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE sobre os alunos concluintes do curso de Administração do Centro Acadêmico do Agreste - CAA. O objetivo do trabalho é conhecer e pensar sobre as ações desta política, desse modo, foi realizada uma pesquisa, por meio de consulta em livros, artigos, sites de programas sociais, identificando os serviços, projetos e programas existentes. Conforme o Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, para certificar a permanência dos estudantes é necessário que haja a oferta de ações de moradia, alimentação, transporte, creche, ações de promoção da saúde física e mental dos acadêmicos e condições adequadas para o atendimento das pessoas com deficiência. Os resultados da pesquisa indicam que boa parte dos estudantes necessita de ações neste sentido, inclusive o estudo demonstrou que as mulheres estão ajudando mais os seus familiares através dessas políticas do que os próprios homens. O trabalho também mencionou a importância dos direitos sociais, da política pública de educação, em geral, e da educação superior, dando enfoque à questão das políticas de acesso ao ensino superior atualmente.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Políticas de Permanência; Educação Superior no Brasil.

ABSTRACT

This study has as its theme the influence of student residence policy at the Federal University of Pernambuco - UFPE on the graduating students of the Academic Center Administration course of the Wasteland - CAA. The objective is to know and think about the actions of this policy, thus, a survey was conducted through consultation in books, articles, sites of social programs, identifying the services, projects and programs. According to the National Plan of Student Assistance - PNAES to ensure the permanence of the students there must be supply of housing stock, food, transportation, child care, actions to promote physical and mental health of students and appropriate conditions to meet the people with disabilities. The survey results indicate that most students need action in this regard, including the study showed that women are more helping their families through such policies than men themselves. The paper also mentioned the importance of social rights, public policy education in general and higher education, focusing on the issue of access policies to the currently higher education.

Keywords: Student Assistance; Staying policies; Higher Education in Brazil.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional Dos Dirigentes Das Instituições Federais de Ensino Superior
CAA	Centro Acadêmico do Agreste
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério Do Desenvolvimento Social e Combate À Fome
NEBAS	Necessidades Básicas de Aprendizagem
PAR	Plano de Ações Articuladas
PBF	Programa Bolsa Família
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROAES	Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

LISTA DE TABELAS

Tabela 4.4.1 – Número de estudantes por curso.....	43
Tabela 4.4.2 – Distribuição do público alvo por sexo	44
Tabela 4.4.3 - Distribuição do público alvo pesquisado por faixa etária	45
Tabela 4.4.4 – Cor/Raça	45
Tabela 4.4.5 – Estado Civil	46
Tabela 4.4.6 – Filhos	46
Tabela 4.4.7 - Tipo de escola em que concluiu o ensino fundamental.....	47
Tabela 4.4.8 - Tipo de escola em que concluiu o ensino médio.....	47
Tabela 4.4.9 – Estudantes que já possuem uma graduação	47
Tabela 4.4.10 – Idade de conclusão do Ensino Médio	48
Tabela 4.4.11 – Idade de ingresso na Universidade	49
Tabela 4.4.12 – Moradia Atual.....	50
Tabela 4.4.13 – Moradia da Família.....	50
Tabela 4.4.14 – Meio de locomoção até a Universidade.....	51
Tabela 4.4.15 – Pessoas que moram na casa	51
Tabela 4.4.16 – Renda familiar	52
Tabela 4.4.17 – Situação Financeira.....	53
Tabela 4.4.18 – Cônjuge ou Pais falecidos.....	54
Tabela 4.4.19 – Situação conjugal dos pais.....	54
Tabela 4.4.20 – Nível de escolaridade do pai.....	55
Tabela 4.4.21 – Nível de escolaridade da mãe	56
Tabela 4.4.22 – Profissão do Pai	57
Tabela 4.4.23 – Profissão da Mãe.....	57
Tabela 4.4.24 – Benefícios Adquiridos	58
Tabela 4.4.25 – Há quantos períodos recebe o auxílio.....	59

Tabela 4.4.26 – Critério para a solicitação dos auxílios.....	59
Tabela 4.4.27 – Dificuldades encontradas.....	60
Tabela 4.4.28 – Importância dos auxílios.....	61
Tabela 4.4.29 – Política de permanência estudantil	62
Tabela 4.4.30 – Influência dos auxílios na conclusão do ensino superior.....	62
Tabela 4.4.31 – Atual situação profissional	63
Tabela 4.4.32 - Inserção no mercado de trabalho.....	64
Tabela 4.4.33 – Trabalho x Estudo.....	64
Tabela 4.4.34 – Carreira Profissional na área de estudo e pretensão	65
Tabela 4.4.35 – Tabelas Conclusivas	66
Tabela 4.4.36 – Tabelas Conclusivas	67
Tabela 4.4.37 – Tabelas Conclusivas	68

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO	15
1.2.1 Objetivo geral	15
1.2.2 Objetivos específicos.....	15
1.3 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA.....	16
2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA.....	17
2.1. POLÍTICAS PÚBLICAS	19
2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS	27
2.3. POLÍTICAS ASSISTENCIAIS.....	29
3. A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	31
3.1. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO	33
3.2. PERSPECTIVA E NECESSIDADE DE POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA	36
3.3. REQUISITOS EDUCACIONAIS PARA A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	38
4. A INFLUÊNCIA DOS AUXÍLIOS ESTUDANTIS PARA A PERMANENCIA DOS ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO NO CAA	39
4.1. METODOLOGIA.....	39
4.2. COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	40
4.3. OS AUXÍLIOS OFERTADOS.....	41
4.4. ALUNOS CONTEMPLADOS E DEMANDAS SUPRIDAS	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	69

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
APÊNDICE	75

1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo serão englobados para estudo o problema de pesquisa e a justificativa da escolha do tema. Peters (1986) afirma que política pública é a soma de atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, influenciando assim a vida dos cidadãos. Azevedo (2003, p. 38) definiu que “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”.

Silva (2009) menciona que uma política pública deve ao menos ter um fluxo de informações em relação a um objetivo que visa atender as necessidades da sociedade. O poder público procura antecipar as necessidades ao planejar e implementar ações que desenvolvam condições estruturais de desenvolvimento socioeconômico de um país.

A política pública surge como uma maneira de reduzir os problemas econômicos e sociais de modo a desenvolver o país. A atenção ao campo de conhecimento de políticas públicas surge com a questão econômica principalmente em relação às políticas restritivas de gastos, somente mais tarde a área social ganha mais visibilidade. O estudo das políticas públicas surgiu nos Estados Unidos como uma área de conhecimento acadêmico, com destaque nas ações do governo, não estabelecendo relações com bases teóricas sobre o papel do Estado. Já na Europa, os estudos eram voltados mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção do governo, surgindo como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do estado e do governo (SOUZA, 2007). Segundo Trevisan e Bellen (2008) os estudos sobre políticas públicas ainda são recentes no Brasil. Nesses estudos ainda esporádicos, a ênfase recaiu ou à análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas.

Este trabalho estrutura-se com o propósito de trazer reflexões acerca da educação e da assistência estudantil no ensino superior, tendo como objetivo evidenciar a importância da educação, e de que modo todas as classes sociais possam atingir e concluir o ensino superior. Sendo assim a pergunta que norteia esta pesquisa é: Qual a influência das políticas de assistência estudantil para a permanência e conclusão dos estudantes concluintes de administração? Desse modo, a princípio, no capítulo 2, é retratado o contexto sobre a

administração pública brasileira, partindo de um breve histórico e relatando sua importância e relevância, além de tratar das políticas públicas e suas vertentes. Ainda neste capítulo, é dada maior ênfase as políticas públicas educacionais e assistenciais, evidenciando suas aplicações e fundamentações.

No capítulo 3, para estabelecer uma base teórica sobre o surgimento da educação superior no Brasil, primeiramente é explicado o surgimento e a importância da educação, em seguida para se chegar ao foco do estudo, é apresentado o surgimento da assistência estudantil no ensino superior público, e de que modo essa assistência atinge, contribui e influencia a vida de muitos estudantes. Ainda nesta seção, é mencionada a necessidade e perspectiva dessa assistência, demonstrando que para fazer uso das mesmas, é necessário que o aluno cumpra com suas obrigações dentro da universidade.

No capítulo 4, é desenvolvida a metodologia de pesquisa adotada para o estudo e como deverá ser realizada a coleta e análise dos dados, para se coletar o material foram necessários dois momentos, primeiro o levantamento de dados através do site da UFPE e PROAES, e depois através da aplicação da entrevista semiestruturada realizada com os estudantes concluintes do curso de administração, compreendendo 8º e 9º períodos dos dois turnos do curso.

O trabalho é concluído demonstrando a importância e a forte influência que os auxílios estudantis exercem sobre a vida acadêmica e familiar do estudante. Demonstrando que muitos necessitam de tais políticas durante todo o curso, e que possivelmente sem as mesmas haveria uma grande evasão escolar, ou ainda, uma falha durante o aprendizado tendo em vista que muitos estudantes teriam que trabalhar mais e estudar menos. Portanto ainda são necessárias algumas modificações, o assunto de assistência estudantil precisa ser mais debatido e mais defendido dentro das IFES, tendo é claro uma boa fiscalização, direcionado a verba para os locais certos.

1.1. Objetivos do estudo

1.1.1. Objetivo geral:

- Analisar a relevância dos auxílios estudantis para a permanência dos estudantes de administração do CAA/UFPE.

1.1.2. Objetivos específicos:

- Traçar o perfil dos alunos de Administração que recebem os auxílios;
- Verificar os auxílios que são oferecidos e os requisitos para obtenção;
- Identificar as atuais demandas dos alunos e se estas são supridas pelos auxílios ofertados.

1.2. Justificativa para escolha do tema

A busca dos jovens por um curso superior cresceu 3,8% segundo o Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Os universitários estão distribuídos em 32 mil cursos de graduação, oferecidos por 2,4 mil instituições de ensino superior – 301 públicas e 2 mil particulares. Desse modo, as universidades são responsáveis por 53,4% das matrículas, enquanto as faculdades concentram 29,2%. (INEP – 2014).

Para tanto, as Universidades devem ter preocupação social com os jovens que ingressam na mesma, através de programas ou ações de assistência estudantil e apoio pedagógico. Pois a entrada de um novo perfil de estudante nas universidades federais brasileiras tornou a assistência estudantil vital para a garantia de condições de permanência dos novos acadêmicos neste grau de ensino. Desse modo, do que adianta os jovens de baixa renda chegarem à Universidade, se na mesma não obtiverem apoio social para permanecer. Portanto, o tema escolhido se propõe em trazer reflexões acerca da educação e da assistência estudantil no ensino superior. Elucidando o entendimento de educação como mecanismo de libertação imprescindível para o exercício da cidadania, ao passo que temos o entendimento do quanto o sistema neoliberal interfere em sua qualidade e efetivação, atendendo aos interesses do mercado. Porém, oposto a isso, a educação também tem por objetivo a formação de sujeitos aptos a pensarem por si próprios e, através do acesso à educação, mudarem seus destinos.

Sendo assim, resolvi estudar o tema relacionado aos estudantes do meu curso, que inclusive representam a maior porcentagem de contemplados com o programa de assistência estudantil existente na Universidade Federal de Pernambuco (CAA).

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Conforme Muñoz (1971) o objetivo maior da Administração Pública é aperfeiçoar as práticas administrativas do governo, de maneira que as mesmas obedeçam aos interesses públicos, aos ideais e às necessidades do povo. Desse modo, o estado tem a finalidade de realizar o bem-comum, ou seja, deve estar voltado para a coletividade.

Segundo Paes de Paula (2008), a partir da década de 1990, os estudos críticos em administração ganharam maior visibilidade e conseqüentemente maior espaço no campo dos estudos organizacionais. Tais estudos estavam direcionados para a emancipação da sociedade e lugares livres da dominação, além de ofertarem meios para uma maior reflexão na análise das organizações, essencialmente, na Inglaterra. Contudo, no Brasil é possível verificar que estudos com as mesmas vertentes vêm sendo idealizados há algum tempo por estudiosos como Maurício Tragtenberg, Marcelo Torres, Marco Aurélio Nogueira, Rodrigo de Souza Filho, Alberto Guerreiro Ramos dentre outros.

Já Torres (2004) faz menção que desde a descoberta do Brasil até a Revolução de 1930, o Estado brasileiro pode ser visto como uma grande instituição mantenedora das vantagens sociais e econômicas de uma elite rural, “aristocrática e parasitária”. Constituindo assim, um tipo de relação entre a elite agrária e o Estado brasileiro, que representa o patrimonialismo. Segundo o autor, o patrimonialismo, prevaleceu na Administração Pública de forma integral até 1930, momento decisivo e marcante, em que ocorre uma reorganização política do Estado.

Nesse aspecto, concorda-se com Souza Filho (2006) ao passo em que o autor declara que a Administração Pública brasileira nasce, desenvolve e se sustenta até os dias presentes através de uma estrutura que pactua o patrimonialismo com a burocracia – o que certamente acaba por configurar uma unidade contraditória, mas que acata a peculiaridade do capitalismo periférico brasileiro e da “revolução burguesa não clássica” que aconteceu no Brasil.

Entretanto, com uma compreensão diferenciada, o economista Bresser Pereira (1998) parte do entendimento de que a Administração Pública burocrática foi seguida com o objetivo de ocupar o espaço da administração patrimonialista e que, posteriormente de maneira gradual a burocracia daria posição ao gerencialismo. Portanto, a avaliação que se tem da

administração, é de que a mesma é baseada num formato de evolução ou progressão, desaprovando veemente desse modo, o patrimonialismo e a burocracia, que para o autor, precisam ser alterados pelo modelo gerencial.

Portanto, é possível assegurar que o desenvolvimento particular da burocracia tem como objetivo político a privatização do Estado pelas classes dominantes, estabelecendo, assim, a gestão racional capitalista – pois neste processo a burguesia é privilegiada, fazendo uso de recursos públicos para impulsionar a acumulação. Souza Filho (2006) salienta que as ações legais realizadas pelo Estado são racionais e não patrimonialistas, mesmo favorecendo particularmente determinado setor, grupos ou pessoas. O Estado não foi gerado para afiançar universalidade e interesses gerais e sim para garantir a ampliação da camada capitalista e, por sua vez, a apropriação privada da riqueza socialmente criada. Entretanto, considerando o fato que não existe uma impessoalidade na condução de todo este processo, é cabível afirmar que a extensão racional da burocracia nesta conjuntura, é parcial, pois os mecanismos de recrutamento não beneficiam a impessoalidade.

Além das várias transformações ocorridas na Administração Pública ao longo da década de 1950, um fato marcante ocorre durante o período da ditadura militar. Através do Decreto-lei nº 200/67, o qual afirmava a institucionalização da Administração Pública. (BRASIL, 1967). O decreto provocou uma reforma administrativa que culminou com a divisão da administração pública em administração direta e indireta. A administração pública federal direta foi composta da Presidência da República, dos ministérios, departamentos e secretarias. Já a administração pública federal indireta formou-se através das autarquias federais, fundações públicas federais, sociedades de economia mista e de empresas públicas federais. (BRASIL, 1967). Enquanto perdurava o regime militar, a Administração Pública brasileira sofreu um processo de intensas transformações. Desse modo, pode-se afirmar que no Brasil – com a expansão do controle do Estado no aspecto de facilitar o desenvolvimento industrial – a Administração Pública atravessou uma verdadeira reorganização e modernização, com o objetivo de garantir o sucesso e a concretização das suas atuais pertinências.

Souza Filho (1996) afirma que durante os anos de 1970, o capitalismo passa por uma enorme crise devida, principalmente a crise do petróleo de 1973, juntamente com a redução do crescimento econômico – gerada pela superprodução - provocando assim um expressivo déficit comercial americano e da insistência no mercado financeiro das apostas contra o dólar

e o fim da conversibilidade e – concretizada pelos Estados Unidos da América - EUA com o objetivo de restabelecer sua balança comercial. Na América Latina, as implicações arrasadoras dessa crise financeira e da explosão da crise da dívida externa nos anos 80, contribuíram para a intensificação de um padrão que vinha sendo empregado em alguns países alguns anos antes da crise, tal padrão vinha sendo utilizado pelo Banco Mundial, FMI e até pelo governo dos EUA. A nova abordagem utilizada era denominada de ajuste estrutural, seu objetivo principal era promover as devidas mudanças por meio de políticas liberais, privatizadoras e de mercado. (SOARES, 2000). Soares (2000) afirma ainda, que os ajustes realizados em curto prazo, teriam como propósito a redução dos gastos públicos, através de uma política restritiva de combate a inflação. Em médio prazo, a ideia seria a de utilizar as exportações como principal válvula para o crescimento, o comércio exterior também seria liberado, os investimentos no setor privado teriam maior concentração, gerando assim uma estrutura de preços sem deformidades.

Soares (2000) revela que entre os países da América Latina nos anos de 1980, o Brasil já era considerado um dos países mais industrializados, justamente pela dimensão de suas indústrias, e também pelo nível da conjuntura interindustrial e por sua admissão internacional. Porém, o tipo de economia presente nos Brasil não auxiliava nesse ajuste estrutural, ao passo que não possuía complementos categóricos como qualquer bloco comercial regional.

2.1 Políticas públicas

Mead (1995) afirma que política pública é um campo de estudo que examina o governo diante de grandes questões públicas. Já Peters (1986) acredita que política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) por sua vez, define política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Entretanto, a definição mais conhecida é a de Laswell, que cita que as análises sobre políticas públicas envolvem responder questões como: quem ganha o quê, porque e que diferença faz. A princípio, a disciplina de políticas públicas segue a tradição de Madison, que focava o estudo das instituições, consideradas essenciais para

limitar a tirania e as paixões ligadas à natureza humana. Logo em seguida, segue-se a tradição de Paine e Tocqueville, que viam, nas organizações locais, a virtude cívica para promover o “bom” governo. Já o terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos escolhem por determinadas ações.

Sobretudo no governo, a entrada da política pública como ferramenta das decisões do governo é fruto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como maneira de enfrentar suas consequências. Robert McNamara foi o responsável por introduzi-la nos EUA. Em 1948 ele estimulou a criação da Rand Corporation, que era uma organização não governamental, financiada por recursos públicos e considerada a precursora dos think tanks, um grupo de matemáticos, cientistas políticos, engenheiros, analistas de sistemas, sociólogos, etc., que baseados na teoria dos jogos de Neuman, queriam expor como uma guerra poderia ser conduzida como um jogo racional. Este sistema de aplicação de métodos científicos às decisões e às formulações do governo sobre problemas públicos se expande depois para outras áreas da produção governamental, inclusive para a política social (SOUZA, 2006).

Contudo, apesar das diversas abordagens, as definições de políticas públicas tem como foco a visão de que o todo é mais importante que a soma das partes e que as instituições, indivíduos, interações, ideologia e interesses contam, apesar das diferenças sobre a importância relativa desses fatores. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, eis a necessidade da teoria da política pública também explicar as inter-relações entre Estado, economia, política e sociedade. Desse modo, de maneira coesa podemos resumir a política pública como o campo do conhecimento que procura colocar o governo em ação, e avaliar essa ação, além de propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. Determinadas políticas são formadas, no exercício em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real, e após desenhadas e formuladas, desdobram-se em programas, planos, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisa. Quando postas em ação, são implementadas, ficando então submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006).

Algumas definições realçam o papel da política pública na resolução dos problemas. Alguns críticos afirmam que neste caso as políticas públicas perdem sua essência, que seria o embate de interesses e ideias, e não somente a solução de problemas, além de deixarem de lado a aparência conflituosa e os limites que cercam as decisões do governo. Tais definições

também deixam de fora as possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais (SOUZA, 2006).

As políticas públicas são responsáveis por nortear as ações do poder público; bem como as regras e o modelo de processos para que haja uma relação entre o mesmo e a sociedade. Portanto, quando ocorrem ações de uma política pública, que habitualmente envolvem o emprego de recursos públicos é necessário tornar explícita, sistematizada ou manifestá-la através de documentos como leis, programas e linhas de financiamento a justificativa e os objetivos deste recurso público. Entretanto, algumas vezes as ações não são cumpridas fielmente com o estabelecido ou pré-determinado. Desse modo, devem ser consideradas também as “não ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos (TEIXEIRA, 2002).

No campo da política pública é possível encontrar alguns modelos explicativos, os mesmos foram desenvolvidos para se entender melhor como e por que o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que refletirá na vida dos cidadãos. Em meio a tantos modelos desenvolvidos, aqui serão demonstrados somente os principais. Um desses modelos é o de Theodor Lowi (1964; 1972), que afirmava que política pública faz a política. Nesse contexto, Lowi quis dizer que cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição, e que disputas em torno de sua decisão passam por campos diferenciados. Lowi (1964) ainda diz que a política pública pode assumir quatro formatos: o de políticas distributivas, que são ações tomadas pelo governo que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais que universais, dando preferência a certos grupos sociais ou regiões em detrimento do todo; o de políticas regulatórias, que envolvem burocracia, grupos de interesse e políticos, e que são mais visíveis ao público; o das políticas redistributivas, que além de atingir maior número de pessoas, impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuros para outros (sistema tributário, previdenciário) e; o das políticas construtivas que lidam com procedimentos.

Além do que já foi discutido anteriormente, Souza (2006) faz menção que, a política pública possui um ciclo deliberativo, que é composto por vários estágios, são eles: definição da agenda, identificação das alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Algumas vertentes deste ciclo focam os participantes do processo decisório, outras o processo de formulação da política pública. A maneira como o governo define sua agenda pode ser dividida em três fatores. O primeiro é o foco nos problemas, neste

caso o reconhecimento e a descrição dos problemas afeta o resultado da agenda; o segundo foco é na política propriamente dita, trata-se da consciência coletiva sobre a necessidade de se enfrentar dado problema, neste caso o consenso é construído mais por barganha que por persuasão, ao contrário do foco no problema, no qual a persuasão é a forma da construção do consenso e; o terceiro foco, que é nos participantes, que são classificados como visíveis, ou seja, políticos, mídia, partidos, grupos de pressão, etc. e invisíveis, como a burocracia e os acadêmicos. Segundo essa vertente os participantes visíveis definem a agenda e os invisíveis, as alternativas.

Já o modelo “Garbage Can” ou “lata de lixo” criado por Cohen, March e Olsen (1972), discutindo que escolhas de políticas públicas são realizadas como se as alternativas estivessem numa “lata de lixo”. Desse modo, existem vários problemas e poucas soluções. As soluções não seriam analisadas minuciosamente e dependeriam do leque de soluções que os decisores (policy makers) têm no momento. As organizações constroem as preferências para a solução dos problemas - ação - e não, as preferências constroem a ação. A compreensão do problema e das soluções é limitada, e as organizações funcionam num sistema de tentativa e erro. Em resumo, o modelo menciona que, soluções procuram por problemas. Vários tipos de problemas e soluções são colocados pelos participantes, à medida que aparecem, esse modelo também combina elementos da política pública, principalmente a fase de definição de agenda, constituindo outro modelo o de “múltiplas correntes”. Combinando também elementos do ciclo da política pública, em especial a fase de definição de agenda (agenda setting), constituindo o que se classifica como outro modelo, o de multiple streams, ou “múltiplas correntes”.

Há outro modelo, chamado da coalizão de defesa (advocacy coalition), de Sabatier e Jenkins-Smith (1993), que discorda da visão da política pública mencionada pelo ciclo da política e pelo garbage can, diante da baixa capacidade explicativa sobre as mudanças que ocorrem nas políticas públicas. Os autores da coalizão de defesa mencionam que a política pública deveria ser recebida como um agrupamento de subsistemas relativamente estáveis, que se interagem com os acontecimentos externos, acontecimentos estes que dão os parâmetros para os constrangimentos e os recursos de cada política pública. Ao contrário do modelo do garbage can, Sabatier e Jenkins Smith defendem que valores, crenças e ideias são relevantes dimensões do processo de formulação de políticas públicas, geralmente deixados de lado pelos modelos anteriores. Assim, cada subsistema que faz parte de uma política

pública é formado por certo número de coalizões de defesa que se diferenciam por suas crenças, ideias e valores (BUENO, 2005).

O modelo de arenas sociais enxerga a política pública como uma iniciativa dos empreendedores de políticas públicas ou políticos. Isto porque, para que uma determinada circunstância ou evento se transforme em um problema, é necessário que as pessoas se convençam de que algo precisa ser feito. É neste momento que os policy makers do governo passam a prestar atenção em determinadas questões e ignoram outras. São três os principais mecanismos para chamar a atenção dos formuladores e decisores de políticas públicas: (a) divulgação de indicadores que desnudam a dimensão do problema; (b) eventos tais como desastres ou repetição continuada do mesmo problema; e (c) feedback, ou informações que mostram as falhas da política atual ou seus resultados medíocres. Esses empreendedores constituem a policy community, comunidade de especialistas, dispostos a investir recursos variados esperando um retorno futuro, dado por uma política pública que favoreça suas demandas. Eles são cruciais para a sobrevivência e o sucesso de uma ideia e para colocar o problema na agenda pública. Eles também podem constituir, e em geral constituem redes sociais. (MARQUES, 2000).

Há outro modelo existente, o mesmo é conhecido como “equilíbrio interrompido” (punctuated equilibrium) que foi desenvolvido por Baumgartner e Jones (1993), tem como base noções de biologia e computação. Veio da biologia a noção de “equilíbrio interrompido”, isto é, a política pública se caracteriza por extensos períodos de estabilidade, que por vezes são interrompidos por períodos de instabilidade, ocasionando mudanças nas políticas anteriores. É da computação e dos trabalhos de Simon que nascem a noção de que os seres humanos têm capacidade limitada de processar informação, eis o motivo das questões se processa paralelamente, ou seja, uma de cada vez. Os subsistemas de uma política pública proporcionam ao sistema político-decisório processar as questões de forma paralela, fazem mudanças a partir da experiência de implementação e de avaliação, e apenas em períodos de instabilidade ocorre uma mudança serial mais profunda. Este modelo, segundo os Fucks (1998), permite entender por que um sistema político pode agir tanto mantendo o status quo, como passar por momentos de mudanças mais radicais nas políticas públicas. Fundamental ao modelo é a construção de uma imagem sobre determinada decisão ou política pública (policy image), e a mídia teria papel preponderante nessa construção.

Dos diversos modelos e definições sobre políticas públicas, podemos considerar e sintetizar seus elementos principais:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais também possuem sua importância.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos a curto prazo, é uma política a longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (MARQUES, 2000).

Conforme Muller e Jobert (in: Azevedo, 2001; Höfling, 2002), as políticas públicas podem ser definidas como o “Estado em ação”, ou melhor, é o Estado implementando um projeto de governo. Isto significa que as políticas públicas possam ser reduzidas a políticas estatais. As políticas públicas se estabelecem mais amplamente ao considerarem o conjunto de embates ocorridos no interior de uma determinada sociedade. Portanto, as políticas públicas apresentarão sua marca histórica, político-ideológica, refletindo as representações sociais, o universo cultural e simbólico, os sistemas de sentido daquela realidade social.

O Estado em seu papel, também é formado como um espaço de pugna política, expondo a condensação e a materialização de forças entre sociedade civil e política (Dourado, 2002). É neste campo de batalha que as políticas públicas sociais também vão sendo instituídas. Inicialmente, as políticas sociais – adquiridas pelos movimentos populares do século XIX, diante dos conflitos capital x trabalho – tinham como foco garantir, por parte do Estado, a redistribuição dos benefícios sociais com o objetivo de reduzir as desigualdades estruturais fabricadas pelo sistema socioeconômico. A Educação entra nestas conquistas, rodeada também, pelos embates da sociedade e pelo modelo de Estado que passa a ser responsável por sua execução.

Canivez (1991) afirma que, haverá tantos tipos de cidadania quantos tipos de Estado. Fazendo uma comparação com as políticas sociais, os vários modelos de Estado trarão “feições” diferentes de políticas públicas sociais, de acordo com o projeto político que defende. Para analisar as políticas públicas faz-se necessário pensar a constituição do nosso Estado – um Estado capitalista que vem se pautando nos moldes neoliberais. Partindo de uma visão marxista, percebemos que, historicamente, nosso Estado se constitui como um regulador das relações sociais, a serviço da manutenção das relações capitalista em seu conjunto, ou seja, ele tenta equacionar os distintos e opostos interesses que intercalam essa sociedade estratificada por classes tão diferentes.

Conforme os administradores Trevisan e Bellen (2008), as políticas públicas, em seus primórdios, eram tratadas a partir das demandas ou jogo de interesses. Sendo assim, antes que a análise de políticas públicas ganhasse reconhecimento como uma subárea da ciência política, os estudos eram voltados nos processos de formação de políticas públicas. Ressaltam ainda:

Nos Estados Unidos, pesquisas em políticas públicas começaram a se estabelecer no início dos anos 1950, sob a designação de *policy science*, enquanto na Europa, especialmente na Alemanha, a preocupação com campos específicos de políticas somente toma força a partir do início dos anos 1970. Nesse período a unidade de análise torna-se a própria definição das políticas públicas, o que conferiu destaque aos aspectos dinâmicos do *policy process* e aos distintos atores, estatais e não estatais, geralmente envolvidos. No caso do Brasil, os estudos sobre políticas públicas são bem recentes. Nesses estudos dispersos, a ênfase recaiu ou à análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas (TREVISAN E BELLEN, 2008, p. 531).

Portanto, como os autores mencionaram, o agir público pode se dividir em fases parciais do processo político-administrativo de resolução de problemas, que equivalem a uma série de elementos do processo, sendo comum a todas as propostas de divisões do ciclo político – quais sejam: as fases da formulação, da implementação e do controle dos impactos das políticas. Trevisan e Bellen ressaltam ainda, que a análise de políticas públicas experimentou seu ápice na década de 1980, provocada pela transição democrática, sendo três os motivos de sua expansão:

- 1) Pelo deslocamento na agenda pública. Pois entre os anos de 1970, a agenda pública teve sua estrutura voltada para questões referentes ao modelo brasileiro de desenvolvimento – ocasião em que o diálogo limitava-se aos impactos redistributivos da ação governamental e ao modelo de racionalidade que condizia com o projeto de modernização conservadora do regime ditatorial. Desse modo, eram de extrema importância para essa

agenda as questões de arranjo institucional, sejam elas: participação, transparência, descentralização, e redefinição do mix público-privado nas políticas. Trevisan e Bellen (2008) afirmam que essa transformação da agenda seguiu-se de uma redescoberta na agenda de pesquisas das políticas municipais e descentralização.

2) Os administradores ainda destacam, que apesar do fim do período autoritário, comprovou-se que os empecilhos e dificuldades à obtenção de políticas sociais efetivas continuaram existindo – acontecimento que serviu para fortalecer os estudos sobre políticas. A perplexidade e o desencanto em relação ao Estado levaram a um maior interesse sobre as condições de efetividade pública.

3) Por fim, os autores ilustram a disseminação internacional da ideia de reforma do Estado e do aparelho de Estado, essa que passou a ser a causa organizadora da agenda pública dos anos 1980-90 – evento que findou no aumento e interesse de estudos voltados para políticas públicas. As questões de ordem institucional lucraram grande centralidade na agenda.

Apoiando-se em Faria (2005), Trevisan e Bellen (2008), ressaltam que a partir dos anos 1990 na América Latina, cria-se uma indagação gradativa referente ao tamanho e a eficiência do setor público. Diante disso, surgiram novas iniciativas para traçar e colocar em prática processos de avaliação. Para os autores, nas décadas de 1980 e 1990 ficou a serviço da reforma do setor público a avaliação das políticas públicas. Contudo, a avaliação não se limita a um tipo específico de Estado ou de cultura administrativa.

Ainda conforme os autores supracitados, o trajeto das reformas do setor público beneficiou dois componentes básicos, quais sejam:

(...) a adoção de uma perspectiva de contenção dos gastos públicos, de busca de melhoria da eficiência e da produtividade, de ampliação da flexibilidade gerencial e da capacidade de respostas dos governos, bem como de maximização da transparência da gestão pública e de responsabilização dos gestores, em um processo no qual o "consumidor" dos bens e serviços públicos estaria, supostamente, em primeiro plano. O segundo propósito ou expectativa é de que tais reformas pudessem contribuir para uma reavaliação da pertinência das organizações governamentais preservarem todo o seu leque tradicional de atribuições, prevalecendo um contexto de valorização privada de bens e serviços (FARIA, apud TREVISAN e BELLEN, 2008, p. 538).

Dessa maneira, torna-se correto mencionar que o processo de avaliação de políticas públicas ganha centralidade, de modo que se esperava que garantisse a confiabilidade do processo de reforma e sustentabilidade política dos rumos de desregulamentação e de

diminuição do tamanho do governo – seja pelo movimento das funções e dos serviços para as esferas subnacionais, ou pelo caminho da privatização.

2.2. Políticas públicas educacionais

No Brasil, os Direitos Sociais são adotados como Direitos Fundamentais, na Constituição Federal de 1988, por meio do Artigo 6º, no qual se destacam:

[...] “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988)”.

Segundo Dallari (2004), a educação envolve um processo de aprendizagem que ao mesmo tempo beneficia e auxilia no desenvolvimento da pessoa humana, sendo reconhecida como direito constitucional de todos e devendo ser ofertada em condições de igualdade. Desse modo, pode-se inferir que a educação é um direito de todos e dever do Estado, garantida por lei, e tendo sua trajetória marcada por conquistas, discussões e colisões políticas, pois o campo educacional, como política pública, tem representado um ambiente de luta e de disputa de diferentes projetos sociais.

Conforme Aranha (2006), a Constituição de 88 foi um marco na história da educação brasileira, assegurando importantes conquistas originárias das lutas dos movimentos sociais, dos professores e dos estudantes, destacando-se, entre eles: a gratuidade do ensino público, a autonomia universitária, o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos; a aplicação de mais recursos pela União, estados e municípios à educação, entre outros pontos importantes (ARANHA, 2006).

Atualmente, a configuração da educação básica brasileira reflete, em grande escala, as mudanças provocadas pelas reformas dos anos de 1990. Diante da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996), houve uma série de alterações. Novas proposições de gestão da educação, de financiamento, de programas de avaliação educacional, de políticas de formação de professores, dentre outras medidas, foram articuladas com o objetivo de beneficiar e aprimorar a qualidade da educação.

Diante da publicação da LDB, notou-se a ampliação da obrigatoriedade da educação básica, composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e a maior responsabilização do Estado pela educação pública. Depois de quase duas décadas da aprovação desta Lei, constata-se a quase universalização deste nível de ensino. Entretanto, este aumento quantitativo em termos de acesso não implicaria em uma melhora automática na qualidade do sistema.

Conforme o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS no meio educacional, é importante enfatizar o Programa Bolsa Família (PBF). Tal programa foi criado pelo Governo Federal através da Lei Nº. 10.836 de 09 de janeiro de 2004 (MDS, 2004). O PBF é um programa de transferência de renda voltado para melhoria de vida das famílias pobres e extremamente pobres do Brasil. O Programa assegura cerca de 12,3 milhões de famílias, nos municípios brasileiros. No âmbito educacional, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculadas e ter uma frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Enquanto os estudantes da faixa de 16 e 17 anos devem ter uma frequência de, no mínimo, 75%. (MDS, 2004).

Segundo o MDS (2004) existem algumas condicionalidades dentro do programa. Ao passo que as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício financeiro mensal, valor do mesmo pode variar de R\$ 22,00 a R\$ 200,00. Desse modo, as famílias são responsáveis por manter as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos na escola e fazer o acompanhamento de saúde de crianças menores de 7 anos, grávidas e mães que estão amamentando.

Segundo Mello (1991) a concepção assistencialista do papel da escola e do processo pedagógico gerou uma demanda por especialistas de diversas naturezas, de administradores de nível superior a médicos, dentistas, assistentes sociais e nutricionistas, ocasionando um ônus a mais nas folhas de pessoal que hoje comprometem de 80 a 95% dos orçamentos destinados à educação na maioria dos estados e municípios, esferas de governo que arcam com a parte mais significativa dos gastos, com a manutenção do ensino fundamental e médio. Ainda conforme Mello (1991) o aumento da crise econômica e consequente conjuntura da governabilidade, a partir da segunda metade dos anos 70, enfraqueceram a capacidade do governo federal de estabelecer objetivos e políticas estratégicas para a educação e coordenar o esforço nacional para reverter o gráfico de baixa produtividade dos sistemas de ensino, demonstrado pelos altos índices de fracasso escolar e subescolarização.

2.3 Políticas assistenciais

Segundo Demo (1994, p.31) as políticas assistenciais são basicamente os “quebragalhos” que o governo, por obrigação, deve garantir às camadas populacionais sem possibilidade de sobrevivência. Portanto a prioridade nesse grupo são as crianças, idosos e deficientes. Contudo essas políticas assistenciais também são direcionadas a outras pessoas, como por exemplo, as vítimas de enchentes, terremotos, epidemias, entre outros. Desse modo, é necessário entender a diferença básica entre assistência e assistencialismo. O próprio Demo, afirma que o assistencialismo é estratégia para manter as desigualdades sociais, já a assistência refere-se a um direito humano.

Demo (1994) elucida que em todas as sociedades existem grupos populacionais que não se auto-sustentam, desse modo, não deveriam se preocupar com isso, cabendo o Estado, sobretudo a obrigação de assistência. Nesse aspecto, essas assistências são devidas por direito de cidadania. É reconhecido o direito, de modo formal ou informal, à sobrevivência condigna, comprometendo-se a sociedade a assistir tais grupos, particularmente por intermédio do Estado, criado e mantido, entre outras coisas, para isso também. A Constituição incorporou, entre os direitos sociais, também o direito à assistência, englobado no conceito de seguridade social – saúde, previdência e assistência. (Sposati 1988, 1989, Aureliano & Draibe 1989, Chahad & Cervini 1988, Demo 1990, Jaguaribe 1985, Pinto 1984).

No histórico da Assistência Social, antes de se tornar uma política pública, é caracterizado pelo assistencialismo, pelo clientelismo, pela caridade, pelo voluntariado e estes sentidos ainda estão presentes no cotidiano desta política (PESTANO, 2006). A Assistência Social é política de Seguridade Social não contributiva, que assegura o cumprimento às necessidades básicas dos menos favorecidos. Conforme o roteiro de políticas e programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS – a assistência social, a partir da Constituição Federal de 1988, passou a integrar o Sistema de Seguridade Social, como política pública não contributiva. Portanto, como direito do cidadão e dever do Estado. As ações da política de assistência social são administradas com intuito de impulsionar e fortalecer os vínculos familiares e comunitários, a capacidade de proteção da família, a autonomia e o protagonismo dos indivíduos, famílias e comunidades. (GUIA MDS, pág. 36). Desse modo, a assistência social pode ser interpretada como uma estratégia para afirmar as

questões das necessidades sociais e embate à pobreza. Ou seja, a Assistência enquanto direito e dever do Estado, assume status de política pública no tripé do projeto de seguridade social, juntamente com a Previdência e Saúde.

O MDS (2014) ainda afirma entre as principais estruturas da assistência social no Brasil, está a constituição federal de 1988, que direciona o percurso para a gestão das políticas públicas, e a Lei orgânica da assistência social (Loas), de 1993, que enumera uma série de objetivos, princípios e diretrizes das ações. A Loas foi decretada pelo Congresso Nacional e passou a vigorar a partir do dia 7 de dezembro de 1993. A lei em questão determina que a assistência social seja organizada em um sistema descentralizado e participativo, formado pelo poder público e pela sociedade civil. A IV Conferência Nacional de Assistência Social definiu, então, o estabelecimento do Sistema único de Assistência Social (Suas). Desse modo, a obrigação do Suas é organizar a oferta da assistência social em todo o país, promovendo bem-estar e proteção social para as famílias, crianças, adolescentes e jovens, pessoas com deficiência, idosos – afinal, a todos que dela necessitarem. (MDS, 2014).

No âmbito da seguridade a assistência social é proteção, desse modo, deve atuar preventiva e protetivamente nas condições em que há risco social. Tendo que prestar proteção social básica e especial, pois a assistência social investiga o processo de proteção social, de previdência e da saúde. Não se reserva apenas ao domicílio, pois abrange até aos que estão nas ruas; não está limitada ao legal ou ao formal; não restringe, por exemplo, a atenção ao transgressor. Ela é extensiva. (SPOSATI, 2004).

3. A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Freire (1996) afirma que, compreendendo o significado da escola pública, a sociedade nota que ela não é apenas um transmissor de conteúdos, mas um formador de homens. Conforme Cambi (1999), o ensino público surgiu em meio às contradições religiosas e políticas do final da Idade Média.

Nesse contexto não bastava apenas criar a escola pública, fazia-se necessário definir o quê ensinar e para quê ensinar. Desse modo, Croiset propôs que “... em toda sociedade, democrata ou não, a educação deve ser ao mesmo tempo Técnica e Geral” (CROISET, 1903, p. 1). Portanto, a educação Técnica, prepararia o homem para o trabalho permitindo ao indivíduo fazer o melhor ao executar sua função e a educação Geral formaria o homem social, o cidadão capitalista, dando-lhe “... as qualidades físicas, intelectuais, morais, para cumprir o papel que lhe assinala, no estado, a forma política da sociedade na qual é membro” (CROISET, 1903, p. 2).

A função da escola pública seria mesmo de “educar” o indivíduo às normas burguesas, e não de educar o homem como ser social e emancipado intelectualmente. Dessa forma, naquele momento da história, a educação tinha como fundamento não formar o homem consciente dotado de conhecimento: “Se tem repetido com muita frequência que o valor de um homem se mede, não pelo seu saber, mas pelo seu querer. Significa que a educação moral é mais importante ainda que a educação intelectual” (COMPAYRÉ, 1908, p. 215), mas sim formar o indivíduo seguidor da ordem e da moral exigidas para manutenção da estrutura capitalista. Conforme Freire (1996), conhecendo o significado da escola pública, a sociedade percebe que ela não é somente um transmissor de conteúdos, mas um formador de homens.

Parte-se do pressuposto que o movimento da Reforma Protestante, iniciado por Lutero, teve forte influência na escolarização popular. Conforme Manacorda (1989), as manifestações sociais ocorridas na Alemanha, sob influência de Martinho Lutero, iniciaram a modificação desse sistema de ensino. O homem é um objeto de análise e que procura conhecer a si mesmo, por isso faz-se necessário uma elaboração científica que possibilite uma reflexão política, social e filosófica (BARROS; LEHFELD, 2000).

A classe burguesa do século XIX passava por um período de muitas revoluções. Diante do momento histórico, se propunha uma educação que formasse o homem conforme os princípios morais dessa classe, com o objetivo de diluir os conflitos revoltosos contra seus domínios de expansão e exploração social. Para tanto, se propôs a institucionalização da escola pública, como descreveu Eliane Marta Santos Teixeira Lopes em pesquisa referente as origens da educação pública, “... no afã de consolidar seu projeto hegemônico, a burguesia se apropria da ideia de escola pública, redefinindo-a e convertendo-a em um dos instrumentos disseminadores de sua visão de mundo” (LOPES, 1981, p. 15).

Desse modo, foi justamente nesse período atribulado do século XIX, período de mudanças e de conflitos sociais da expansão mundial do comércio, do crescimento da indústria e da maquinaria e a discussão entre duas classes adversas – burguesia e proletariado –, que o nascimento da escola pública, conforme Zélia Leonel, em sua tese *Contribuição à história da escola pública elementos para a crítica de teoria liberal da educação*, tornou-se algo inadiável. Pois seria essa escola pública, gestada de acordo com os princípios burgueses, que viria assegurar e defender os interesses da classe dominante diante da “crise do capital”:

Tratava-se, na verdade, de defender os interesses burgueses frente a grande crise do capital, na esteira do qual seguiam as lutas comerciais por novos mercados, dificultadas pelo enfraquecimento da unidade nacional que o movimento operário provocava. Ora, se os interesses burgueses têm que passar pelo sufrágio universal e a sociedade se encontra dividida em classes antagônicas, a escola pública não pode mais ser adiada (LEONEL, 1994, p, 184-185).

Nos dias atuais, a sociedade brasileira tem observado uma série de levantamentos e discursos, a respeito da possibilidade de as escolas da rede pública tornar-se de tempo integral por meio da adesão ao Programa Mais Educação, que está em pauta num contexto de políticas educacionais fundamentada por uma visão sistêmica como o Plano de Desenvolvimento da Educação, que de fato trata-se de um plano executivo no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR. Portanto, cada vez mais se assiste a implantação de políticas que não atendem às necessidades dos indivíduos brasileiros no corpo de sua coletividade, mas sim aos anseios do grande capital.

Ball & Mainardes (2011) fazem alusão ao fato de que as políticas, principalmente as políticas educacionais, em geral são escritas para contextos que possuem infraestrutura e condições de trabalho adequadas, sem levar em consideração as variações de contexto, de recursos, de desigualdades regionais ou das capacidades locais. O Brasil vem, desde os anos

de 1990, passando por grandes mudanças nas suas formas de provisão do setor público e também na sociedade civil, com a adoção de novas formas de regulação social. Ball (2011) elucida que as formas de emprego, as estruturas organizacionais, as culturas e os valores, os sistemas de financiamento, os estilos de administração, e as condições das organizações públicas de Bem-estar social têm sido alvo de transformações genéricas.

É exatamente diante dos desastres econômicos da década de 1980, que vai se formulando a partir dos anos de 1990 um projeto de educação nacional que visa sanar os desastres sociais. Logo, conforme aponta Shiroma (2007), os governantes dos anos de 1990, buscam de todo modo sair da crise dos anos anteriores estruturando uma contrarrevolução nas esferas sociais, política e econômica.

A Conferência Mundial de Todos pela Educação, é um dos documentos mais importantes realizados pelos organismos internacionais, organizada pela UNESCO, UNICEF, PNUD, e Banco Mundial, ocorrida em Jomtien na Tailândia em 1990. Nesta conferência 155 países, inclusive o Brasil, subscreveram o documento comprometendo-se com a certificação de uma educação básica de qualidade a crianças, jovens e adultos. Fica marcado que para o documento, o “Todos” refere-se apenas a atender as necessidades básicas de aprendizagem – NEBAS.

3.1. Assistência estudantil no ensino superior público

Ao dar início ao assunto de assistência estudantil, se faz necessário o entendimento de que somente a oferta da vaga não é o suficiente para os estudantes advindos das famílias que compõem às camadas economicamente mais baixas da sociedade. O fato de atualmente alcançarem o nível superior é importante, porém esse fator acaba gerando custos adicionais para essas famílias, custos os quais as famílias nem sempre podem arcar financeiramente.

Desse modo, faz-se necessária uma política de permanência que permita uma assistência ou um auxílio a esses estudantes, com o propósito de que esse estudante tenha meios de permanecer na universidade e concluir seu curso. Finatti (2008) retrata em outras palavras que:

Torna-se necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência dos alunos que ingressam na universidade, reduzindo assim, os efeitos das desigualdades apresentadas pelo conjunto de estudantes comprovadamente desfavorecidos e que apresentam dificuldades concretas para prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso (FINATTI, 2008, p. 196).

Na concepção de Almeida (2000), a implementação de programas de assistência estudantil torna-se uma estratégia governamental de extrema importância no que se refere ao combate a problemas de acesso e permanência desse segmento nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, em consequência dos altos índices de abandono e retenção do espaço escolar. Faro (2008) por sua vez, afirma que é necessário aproximar-se do cotidiano do estudante em situação de vulnerabilidade, pois é nele que os riscos de insucesso acadêmico se manifestam e se compõem de forma mais decisiva.

Concordando com os demais autores, Pacheco elucida (2009) que os direitos sociais, como o direito à educação, é mais do que o direito de não ser excluído da escola, mas, acima de tudo, o direito de fato de obter uma vaga e as condições para estudar. A educação é uma dos meios mais importantes para o desenvolvimento social, e é através dela que há uma mobilidade e mudança social. Por isso, é válido que o governo promova recursos e meios de incentivar a formação dos estudantes.

Para Aranha (1989), a educação nasce como um conceito genérico responsável pelo desenvolvimento humano, tendo o papel principal na formação de habilidades, do caráter e da personalidade. Já Piletti (1991) enfatiza que a educação é o resultado da interação entre os indivíduos de uma determinada sociedade, que pode mudar conforme o tempo e o formato da organização social na qual estão inseridos, formando desse modo uma concepção de mundo, de homem, de vida social e do próprio processo educativo.

Conforme Carneiro (1998), a inclusão da educação enquanto direito de todos os cidadãos, foi caracterizado por um processo de conquistas delicadas e vagarosas, de modo que havia múltiplos interesses em campo, sendo a publicação da Constituição Federal de 1988 que representou a reconquista da cidadania sem temor, isso após um intenso período de ditadura militar no Brasil.

A Constituição de 1988 significou a reconquista de cidadania sem medo. Nela, a Educação ganhou lugar de altíssima relevância. O País inteiro despertou para esta causa comum. As emendas populares caçaram a ideia da educação como direito de todos (direito social) e, portanto, deveria ser universal, gratuita, democrática,

comunitária e de elevado padrão de qualidade. Em síntese, transformadora da realidade. (...) (CARNEIRO, 1998, p. 21-22).

Ainda que tenham como intenção a de designar recursos e artifícios para que os estudantes consigam permanecer na universidade e completar seus estudos, tais políticas não devem ser voltadas somente para o lado econômico, essas políticas também precisam ser aprimoradas em conformidade com os aspectos pedagógicos e psicossociais, isto é, a partir de uma “política pública de assistência estudantil não apenas voltada para as questões de subsistência material, mas também preocupada com as questões emocionais, pensando o indivíduo como um todo” (GONÇALVES, 2008, p. 31).

A assistência deve ter como principal função, a capacidade de criar ou propiciar condições dignas de permanência no ensino superior, gerando outras possibilidades e meios para se alcançar a conclusão do curso. Proporcionando assim, maiores oportunidades de reduzir a desigualdade social e confiando que a Universidade tem o papel de desenvolver agentes culturais mobilizadores que utilizem a educação como instrumento de luta pela ampliação dos direitos humanos e pela consolidação da cidadania (ALVES, 2002). Portanto, a assistência estudantil deve ser entendida e percebida como um direito, e seus recursos precisam ser compreendidos como investimento.

É de extrema necessidade ilustrar que a assistência estudantil é diferente da assistência social, embora ambas sejam semelhantes em determinados assuntos, como a seletividade no atendimento, elas são duas políticas sociais diferentes, com normalizações e objetivos específicos. Ao passo que a assistência estudantil tem como finalidade a centralidade da assistência estudantil como tática de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para o aumento e democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal (BRASIL, 2007), a política de assistência social “visa prover os mínimos sociais, por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993).

3.2. Perspectiva e necessidade de políticas de assistência

A preocupação com os universitários em relação à permanência dos mesmos nas universidades começou a ter destaque no meio acadêmico por volta dos anos de 1980, tendo os primeiros debates sobre o tema nos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e nas reuniões organizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES.

Para milhares de estudantes, a renda familiar insuficiente não garante os meios de permanência na Universidade e término do curso, sendo fadados, muitas vezes, ao baixo rendimento acadêmico e até mesmo à evasão. Uma vez que sua capacidade intelectual e de formação básica já foram avaliadas e aprovadas no processo seletivo de acesso à Universidade, deixar de apoiar esses alunos de baixa renda seria uma discriminação no mínimo contraditória. (FONAPRACE, 2000).

No ano de 1987, houve a criação de um Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, os membros que formavam tal fórum, eram os Pró-Reitores, Sub-Reitores, Coordenadores e os responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das universidades federais do Brasil, com intuito de manter e fortalecer as políticas de assistência estudantil. Desse modo, o FONAPRACE possui os seguintes objetivos:

- Garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das instituições de ensino superior públicas na perspectiva do direito social;
- Proporcionar aos alunos as condições básicas para sua Permanência na instituição;
- Assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico e,
- Contribuir na melhoria do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar, quando decorrentes de dificuldades socioeconômicas (FINATTI, 2008, p. 195).

Na última pesquisa realizada pelo FONAPRACE no ano de 2003, houve a necessidade de realizar uma atualização dos dados ligados aos aspectos da vida social, econômica e cultural dos estudantes de graduação das IFES brasileiras, procurando indicadores que pudessem fundamentar a definição de políticas de equidade, de acesso e de assistência estudantil, na perspectiva de atualizar o Plano Nacional de Assistência.

A pesquisa foi executada entre novembro de 2003 e março de 2004, e contou com a participação de 47 das 53 IFES. Foram aplicados 33.958 questionários juntamente aos estudantes dos cursos de graduação, regularmente matriculados e frequentes às aulas do 2º semestre de 2003 e 1º semestre de 2004. Através dos dados foi possível identificar o perfil dos

estudantes e de suas famílias. Constatou-se que 42,8% dos estudantes pertencem as classes C,D,E, com renda média familiar mensal de no máximo R\$ 927,00, apresentando uma situação de vulnerabilidade social. E em algumas regiões foi identificado um agravamento desta situação, como por exemplo, no Norte com o percentual de 64,3% e o Nordeste com 47,8% dos estudantes compondo a baixa renda e representando uma demanda potencial por assistência estudantil (FONAPRACE, 2004).

Os jovens com idade de até 25 anos representavam 77,6% dos estudantes de graduação das IFES, com idade média de 23 anos, e representavam 53% de estudantes mulheres. A porcentagem de estudantes que não trabalhava e que dependia da família para se manter compreendia um total de 56%. Entre os universitários, 88,6% eram solteiros, 72% residiam com os pais ou companheiro (a), majoritariamente 59,4% eram brancos.

A pesquisa também identificou que 46,2% dos estudantes das IFES cursaram integralmente ou a maior parte o ensino médio em escolas públicas. Os dados referentes à cor da pele, raça e etnia, foram determinados a partir do critério adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia - IBGE, que leva em conta a auto declaração. As IFES, conforme o estudo eram compostas em sua maioria por estudantes de cor de pele branca, 59,4%, sendo que dentre os estudantes da Classe A, os brancos totalizavam 74,0% da população estudantil. Entretanto, os estudantes de cor de pele preta representavam 5,9% desse universo, e apenas 2,1%, dentre os estudantes da Classe A. A parcela de estudantes de cor de pele preta era de 8,6% e de cor parda, de 35,1%, agrupando-se no grupo de baixa condição socioeconômica (Classes C, D e E). A população indígena compreendia 2,0% do total de estudantes das IFES e 2,5% agrupavam-se nas classes C, D e E.

Desse modo, através do estudo, constatou-se a necessidade de esforços e melhorias para a inclusão da assistência na matriz de alocação de recursos orçamentários das IFES, para que haja a implementação de um Plano Nacional da Assistência Estudantil.

3.3. Requisitos educacionais para a assistência estudantil

A Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis (Proaes) criada em 2011, é responsável pela gestão da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (Decreto nº 7.234/2010 da Presidência da República), e procura aumentar as condições para permanência dos jovens na educação superior pública federal, diminuindo as desigualdades sociais e regionais, com o objetivo de conclusão do curso superior, reduzindo assim, as taxas de retenção e evasão escolar, contribuindo democraticamente com o crescimento da inclusão social na educação. A Assistência Estudantil do Centro Acadêmico do Agreste - CAA tem como finalidade atender alunos em vulnerabilidade social, intermediando o acesso destes aos vários programas e auxílios criados e desenvolvidos pela PROAES, cuja finalidade é garantir aos estudantes de graduação presencial, condições de permanência e conclusão do ensino superior com qualidade. A Proaes oferece no Campos Agreste os seguintes auxílios: Auxílio transporte, Auxílio alimentação, Programa de Moradia Estudantil, Auxílio Creche e Bolsa Permanência (Manutenção Acadêmica).

Para concorrer aos Auxílios ofertados, o estudante deverá atender cumulativamente aos seguintes critérios:

- Estar regularmente matriculado em curso de graduação presencial da Universidade Federal de Pernambuco;
- Estar comprovadamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, renda familiar de até um salário mínimo e meio per capita, com prioridade para os estudantes que tenham cursado a educação básica em escola pública;
- Os estudantes selecionados serão atendidos no âmbito do Programa Nacional de Assistência Estudantil, PNAES, de acordo com os recursos disponíveis na Universidade Federal de Pernambuco.

4. A INFLUÊNCIA DOS AUXÍLIOS ESTUDANTIS PARA A PERMANENCIA DOS ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO NO CAA

4.1. Metodologia

Para obtenção dos objetivos deste estudo foi realizado um estudo de natureza descritiva, tendo em vista a necessidade de descrever as características dos estudantes de administração beneficiados pelas políticas de permanência, bem como, relacionar as mesmas com os critérios e requisitos da universidade. Para Vergara (2009. p.42), “a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou determinado fenômeno”.

Foi escolhido também o método exploratório, com o objetivo de conhecer as políticas públicas assistenciais do ensino superior e dar a possibilidade da pesquisa ser utilizada como base para a criação ou ampliação de políticas já existentes, proporcionando assim, maiores benefícios para os estudantes universitários. Segundo Cervo (2007), a pesquisa exploratória é o passo inicial no processo de pesquisa, pois a mesma não requer a elaboração de hipóteses, ela se restringe a definir objetivos e buscar mais informações sobre dado assunto. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Referente à pesquisa bibliográfica foram utilizados como base, livros, artigos e revistas de caráter científico, bem como, sites oficiais de determinados órgãos, como por exemplo, o MDS (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e o INEP (Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Quanto à amostra, a mesma ocorreu por conveniência, pois a pesquisa pretendia identificar as políticas de permanência da população de alunos concluintes do curso de Administração da UFPE Campus Caruaru.

A população alvo do estudo são os estudantes que estão concluindo o curso de Administração na UFPE – CAA e que recebam algum tipo de auxílio estudantil. Porém contatar a população inteira seria dispendioso e demorado, sendo algo quase sempre impossível localizar todos os elementos, neste caso específico leva-se em consideração o acesso aos elementos, disponibilidade dos elementos e tempo (HAIR Jr. et al, 2005). A impossibilidade de acesso aos respondentes é criada devido ao período de recesso natalino e finalização de algumas disciplinas.

O Método de pesquisa qualitativa utilizado foi o estudo de caso, que conforme Yin (2005) trata-se de uma estratégia de pesquisa que tem por objetivo examinar um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto, estes, tendem a separar o fenômeno em estudo do seu contexto e remetem a dados presentes. Referente à técnica de coleta de dados, foi utilizada como recurso a entrevista. Esta técnica tem como finalidade compreender o sentido ou importância que os entrevistados conferem a questões e situações em contextos que não foram estruturados anteriormente a partir de suposições do pesquisador. Ainda referente à entrevista, sua composição foi realizada como semiestruturada, utilizando questões abertas, permitindo desse modo que o entrevistador capte e entenda a visão e ponto de vista dos participantes. Neste tipo de entrevista, Roesch (1999) menciona que o pesquisador não predispõe sua perspectiva através de uma seleção de categorias de questões, como ocorre nas pesquisas quantitativas.

Por fim, buscou-se estabelecer uma relação entre as variáveis analisadas, uma vez que se trata de uma pesquisa qualitativa, com uma amostra reduzida, mas, representativa, diante desse significativo universo.

4.2 Coleta e análise dos dados

A coleta de dados ocorreu no mês de dezembro de 2014 com os alunos de 8º e 9º período de Administração, através da realização de entrevistas presenciais com uma duração média de 15 minutos, totalizando trinta respondentes. Tais entrevistas seguiram um roteiro com questões fechadas e abertas que tinham por objetivo compreender a importância das políticas de permanência estudantil na UFPE – CAA, e se as mesmas exerceram influência para sua permanência ao longo do curso. Foram escolhidos apenas os estudantes de Administração do último ano na universidade devido à trajetória já executada dos mesmos, tendo em vista entender justamente a influência dos auxílios estudantis durante os anos de graduação.

Foi realizado um levantamento dos auxílios estudantis que são ofertados pela PROAES através das instruções do cronograma presente no site: <http://estudante.ufpe.br/wp-content/uploads/2014/07/editais-manual-do-usurio.pdf>. As entrevistas, por sua vez, foram

realizadas no espaço físico da UFPE, propiciando uma maior facilidade de locomoção, tanto para os entrevistados quanto para o entrevistador. Além da coleta de dados realizada com os alunos de Administração.

4.3. Os auxílios ofertados

De acordo com dados obtidos através do site da PROAES, o benefício de auxílio transporte possui as seguintes características:

- O Auxílio Transporte será pago exclusivamente para o trajeto CASA /UFPE/ CASA.
- O pagamento do Auxílio Transporte será depositado diretamente na conta bancária do estudante selecionado durante o período letivo, sendo interrompido nas férias acadêmicas.
- Para os estudantes do Campus Recife o Auxílio Transporte será calculado com base no valor da meia passagem estabelecida pelo Consórcio Grande Recife de Transporte Urbano.
- Para os estudantes do Centro Acadêmico do Agreste, que utilizam transporte urbano, o Auxílio Transporte será calculado com base no valor da meia passagem.
- Para os estudantes que utilizam transporte intermunicipal o valor máximo do Auxílio Transporte será de R\$ 211,00 (duzentos e onze reais).

Já o auxílio alimentação possui características como:

- O Auxílio Alimentação para os campi de Vitória de Santo Antão e Agreste, será no valor mensal de 274,00 (duzentos e setenta e quatro reais).
- O Auxílio Alimentação para o campus Recife corresponderá à concessão de duas refeições (almoço e jantar), integralmente subsidiada, no Restaurante Universitário da UFPE. Excetuando-se os estudantes do curso de graduação em Direito que receberão o valor mensal de 274,00 (duzentos e setenta e quatro reais),

em detrimento à distância física do Centro de Ciências Jurídicas e o Restaurante Universitário;

- Os estudantes selecionados para o Auxílio Moradia (CAA e CAV) receberão um acréscimo no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) referentes ao café da manhã e refeições nos finais de semana.

O Auxílio moradia é ofertado da seguinte maneira:

- O Auxílio Moradia será no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais);
- O Auxílio Moradia será concedido aos estudantes que residem fora do perímetro urbano e no mínimo a 30 km (trinta quilômetros) de distância dos respectivos Centros Acadêmicos.

Já o Auxílio Creche possui as seguintes diretrizes:

- Será concedido Auxílio Creche aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados em curso de graduação presencial da UFPE e que detenha a guarda do filho na faixa etária de 00 a 03 anos e onze meses;
- O Valor do Auxílio Creche será de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais). Um único auxílio será concedido por família;
- A vigência do auxílio creche será até a criança atingir a idade máxima de 03 anos e onze meses ou o estudante concluir o curso;
- Para os estudantes residentes na cidade do Recife, caso não haja vagas na Creche Paulo Rosas, será concedido o Auxílio Creche.

Outro benefício do CAA é a Bolsa Permanência, essa bolsa tem por objetivo auxiliar os estudantes de graduação e em vulnerabilidade socioeconômica a permanência no curso e desenvolver suas atividades curriculares e extracurriculares. Para concorrer à Bolsa Permanência e aos Auxílios acima citados, o estudante deverá atender cumulativamente aos seguintes critérios:

- Estar regularmente matriculado em curso de graduação presencial da Universidade Federal de Pernambuco;

- Estar comprovadamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, renda familiar de até um salário mínimo e meio per capita, com prioridade para os estudantes que tenham cursado a educação básica em escola pública;
- Os estudantes selecionados serão atendidos no âmbito do Programa Nacional de Assistência Estudantil, PNAES, de acordo com os recursos disponíveis na Universidade Federal de Pernambuco.
- O Valor da bolsa é de R\$ 365,00 (trezentos e sessenta e cinco reais) concedidos aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e matriculados em curso de graduação presencial na Universidade Federal de Pernambuco.
- O estudante deverá exercer uma atividade de 12 horas semanais nos Programas de pesquisa, extensão, monitoria e estágio curricular obrigatório.

4.4. Alunos contemplados e demandas supridas

Segundo levantamento realizado no banco de dados, no mês de julho de 2014, a UFPE - CAA através da PROAES atende 5051 estudantes de graduação, sendo que destes 794 são do curso de Administração, conforme se constata na tabela apresentada a seguir:

Tabela 4.4.1 – Número de estudantes por curso

CURSOS	QT	%
Administração - CAA	794	15,72
Ciências econômicas - CAA	631	12,49
Design – CAA	628	12,43
Matemática - licenciatura - CAA	569	11,27
Química - licenciatura - CAA	562	11,13
Pedagogia - CAA	534	10,57
Engenharia de produção - CAA	422	8,35
Física - licenciatura – CAA	417	8,26
Engenharia civil – CAA	408	8,08
Medicina – CAA	86	1,70

Fonte: Site da PROAES

Portanto, verificou-se uma presença significativa de estudantes do curso de Administração que procuram pelos programas de assistência estudantil para manutenção de

suas despesas básicas e acadêmicas. Não é um número tão superior em relação aos outros cursos fornecidos pela UFPE, porém ainda é o curso com mais beneficiados dentro do Campus de Caruaru.

Tabela 4.4.2 – Distribuição do público alvo por sexo

SEXO	QT	%
Masculino	8	26,67
Feminino	22	73,33
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Segundo os dados obtidos através das entrevistas, o número de estudantes do sexo feminino que fazem uso dos auxílios estudantis é bem maior que o dos estudantes do sexo masculino. Enquanto 73,33% estudantes mulheres fazem uso de políticas de permanência estudantil, 26,67% representam o público masculino. Esse número de estudantes do sexo feminino nos chama a atenção, pois é crescente o número de mulheres que estão buscando novos meios de quebrar paradigmas no que se refere à educação no Brasil, considerando que durante décadas foram excluídas desse espaço até então dado como masculino. Conforme Brandão e Marins (2007) reforçam na citação seguinte:

(...) desde seus primórdios, a educação formal no Brasil se desenvolveu no âmbito de uma clara clivagem de gênero, na qual as mulheres ocupavam as posições mais desprivilegiadas. Isto se refletia em uma configuração onde as mulheres alcançavam taxas ínfimas de alfabetização em relação aos homens e dificilmente chegavam ao ensino superior (BRANDÃO e MARINS, 2007, p. 198).

No que tange ao perfil dos estudantes entrevistados (Tab.3), 70% possuem idade entre 18 a 24 anos; 30% de 25 a 34 anos. A Tab. 4 aponta que 46,67% dos estudantes se autodeclararam pardo; 40% branco e 13,33% preto.

Tabela 4.4.3 - Distribuição do público alvo pesquisado por faixa etária

FAIXA ETÁRIA	QT	%
De 18 a 24 anos	21	70
De 25 a 34 anos	9	30
De 35 a 44 anos	0	0
De 45 a 54 anos	0	0
De 55 a 65 anos	0	0
mais de 65 anos	0	0
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 4.4.4 – Cor/Raça

COR/RAÇA	QT	%
Branco(a)	12	40
Amarelo(a)	0	0
Pardo(a)	14	46,67
Indígena(a)	0	0
Preto(a)	4	13,33
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

A Tab. 5 verifica-se uma presença expressiva de estudantes solteiros, representado 86,67%, enquanto 13,33% são casados. O número de estudantes com filhos entre os entrevistados também é pequeno, enquanto 0,07% possui um filho, 0,03% tem dois filhos e 90% não possui filhos. (Tab. 6).

Tabela 4.4.5 – Estado Civil

SITUAÇÃO CIVIL	QT	%
Solteiro(a)	26	86,67
Casado(a)	4	13,33
Divorciado(a)	0	0
Viúvo(a)	0	0
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 4.4.6 - Filhos

QUANTOS FILHOS	QT	%
Um	2	0,07
Dois	1	0,03
Três	0	0
Quatro ou mais	0	0
Não tenho filhos	27	90
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

O tipo de escola onde concluiu o ensino fundamental demonstra que 40% concluíram em escola pública; outros 40% em regime de escola particular, 13,33% estudou a maior parte em escola em pública, e apenas 6,67% maior parte em escola particular. (Tab. 7). Já na conclusão do ensino médio na Tab. 8, 63,33% dos estudantes concluíram em escola pública, seguidos de 26,67% de alunos concluintes em escolas particulares, 6,67% de estudantes cursaram maior parte em escola pública e 3,33% como bolsista em escola particular.

Tabela 4.4.7 - Tipo de escola em que concluiu o ensino fundamental

TIPO DE ESCOLA	QT	%
Escola pública	12	40,00
Escola particular	12	40,00
Maior parte em pública	4	13,33
Maior parte em particular	2	6,67
Bolsista em particular	0	0
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 4.4.8 - Tipo de escola em que concluiu o ensino médio

TIPO DE ESCOLA	QT	%
Escola pública	19	63,33
Escola particular	8	26,67
Maior parte em pública	0	0
Maior parte em particular	2	6,67
Bolsista em particular	1	3,33
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 4.4.9 – Estudantes que já possuem uma graduação

GRADUAÇÃO	QT	%
Sim	0	0
Não	30	100
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

No quesito graduação, foi unanimidade entre os respondentes, 100% dos entrevistados não possuem outra graduação. (Tab. 9).

Tabela 4.4.10 – Idade de conclusão do Ensino Médio

IDADE	QT	%
17 anos	18	60
18 anos	9	30
19 anos	2	6,67
20 anos	1	3,33
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

No que diz respeito à idade em que concluíram o ensino médio, 60% dos respondentes concluíram aos 17 anos, já 30% dos respondentes concluíram aos 18 anos, 6,67% terminaram o ensino médio aos 19, e apenas 3,33% concluiu o ensino médio aos 20 anos de idade. (Tab. 10).

Os resultados encontrados na Tab. 11 demonstram que 10% dos estudantes ingressaram na universidade ainda muito jovens, com apenas 17 anos de idade, já 23,33% dos alunos iniciaram suas atividades no ensino superior aos 18 anos, 26,67% dos entrevistados entraram na universidade aos 19 anos de idade, 10% aos 20 anos de idade, da mesma forma outros 10 % ingressaram aos 21 anos, apenas 3,33% dos alunos ingressaram na universidade aos 24 anos, 6,67% dos estudantes tornaram-se universitários a partir dos 25 anos, e com o mesmo percentual de 6,67% alunos de 26 anos também iniciaram sua vida acadêmica e por fim 3,33% dos respondentes ingressaram na UFPE aos 27 anos de idade.

Tabela 4.4.11 – Idade de ingresso na Universidade

IDADE	QT	%
17 anos	3	10,00
18 anos	7	23,33
19 anos	8	26,67
20 anos	3	10,00
21 anos	3	10,00
24 anos	1	3,33
25 anos	2	6,67
26 anos	2	6,67
27 anos	1	3,33
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Em relação ao modo que os estudantes vivem em suas moradias, a Tab. 12 demonstra que 6,67% dos estudantes vivem em casa ou apartamento e sozinho, outros 63,33% também residem em casas ou apartamentos com pais ou parentes, 20% vivem em casas ou apartamentos com seus cônjuges ou filhos, e outros 10% vivem no mesmo estilo de moradia com outras pessoas, podendo ser uma república. Dentre os entrevistados na questão da situação do imóvel da família, 56,66% dos respondentes moram em imóvel próprio, 30% vivem num imóvel alugado, 6,67% habitam um imóvel financiado e 6,67% moram em imóvel cedido. (Tab. 13).

Tabela 4.4.12 – Moradia Atual

TIPO DE MORADIA	QT	%
Casa ou apartamento, sozinho.	2	6,67
Casa ou apartamento, com pais e/ou parentes.	19	63,33
Casa ou apartamento, com cônjuge e/ou filhos.	6	20,00
Casa ou apartamento, com outras pessoas (incluindo república).	3	10,00
Alojamento universitário da própria instituição de ensino.	0	0
Outros tipos de habitação individual ou coletiva.	0	0
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 4.4.13 – Moradia da Família

TIPO DO IMÓVEL	QT	%
Imóvel próprio	17	56,66
Imóvel alugado	9	30,00
Imóvel financiado	2	6,67
Imóvel cedido	2	6,67
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 4.4.14 – Meio de locomoção até a Universidade

MEIO DE TRANSPORTE	QT	%
Carona, a pé, bicicleta	0	0
Transporte coletivo	14	46,67
Transporte alugado	12	40,00
Transporte próprio	4	13,33
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

No quesito locomoção até a universidade, 46,67% dos estudantes utilizam transporte coletivo, 40% fazem uso do transporte alugado (vans/bestas), e 13,33% dos alunos usam transporte próprio para fazerem seu trajeto à universidade. (Tab. 14).

Tabela 4.4.15 – Pessoas que moram na casa

QUANTIDADE DE PESSOAS	QT	%
Nenhuma	2	6,67
Uma	1	3,33
Duas	12	40,00
Três	6	20,00
Quatro	9	30,00
Cinco	0	0
Seis	0	0
Mais de seis	0	0
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Em relação ao número de pessoas que moram com o estudante, 6,67% dos estudantes não moram com ninguém, 3,33% moram com uma pessoa, 40% dos entrevistados residem com mais duas pessoas, já 20% dos respondentes convivem com três pessoas no domicílio, e 30% moram com quatro pessoas numa só residência. (Tab. 15).

Tabela 4.4.16 – Renda familiar

RENDA	QT	%
Nenhuma renda	0	0
Até 1 salário mínimo (até R\$ 724,00).	4	13,33
De 1 a 3 salários mínimos (de R\$724,01 até R\$2172,00).	25	83,34
De 3 a 6 salários mínimos (de R\$2172,01 até R\$4344,00).	1	3,33
De 6 a 9 salários mínimos (de R\$4344,01 até R\$6516,00).	0	0
De 9 a 12 salários mínimos (de R\$6516,01 até R\$ 8688,00).	0	0
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Em relação a Tab. 16, os dados apontam para o mesmo percentual de 13,33% dos estudantes têm uma renda de até um salário mínimo (R\$724,00), a grande maioria dos alunos 83,34% têm uma renda familiar de um a três salários mínimos (R\$ 724,01 a 2172,00). E 3,33% dos entrevistados declaram renda familiar de 3 a 6 salários mínimos (R\$ 2172,01 a 4344,00).

Durante as entrevistas, verificou-se que a renda familiar declarada não é suficiente para manter as despesas pessoais e acadêmicas de grande parte dessa população, o que nos mostra que os programas de assistência estudantil minimizam essas dificuldades, conforme o depoimento a seguir:

(...) muitos estudantes de baixa renda como eu, não teriam condições financeiras para se manterem na faculdade, pois existem várias despesas com apostilas, livros, gastos com transporte e alimentação. Eu mesma, pego dois ônibus para chegar até à Federal, desse modo preciso do auxílio para custear pelo menos uma das conduções do percurso. Sendo assim, os auxílios muitas vezes suprem várias necessidades básicas que os estudantes têm. (Entrevistada A, 22anos, solteira).

Tabela 4.4.17 – Situação Financeira

RENDA	QT	%
Tenho renda, mas recebo ajuda da família ou de outras pessoas para financiar meus gastos.	7	23,33
Tenho renda e me sustento totalmente.	8	26,67
Tenho renda, me sustento e contribuo com o sustento da família.	15	50,00
Tenho renda, me sustento e sou o principal responsável pelo sustento da família.	0	0
Não tenho renda e meus gastos são financiados pela minha família ou por outras pessoas.	0	0
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Na Tab. 17 sobre a situação financeira dos estudantes, a mesma demonstra que 30% dos estudantes têm renda, mas recebem ajuda dos seus familiares para financiar seus gastos, outros 26,67% têm renda e se sustentam totalmente, já 43,33% têm renda e ainda contribuem para o sustento da família.

Tabela 4.4.18 – Cônjuge ou Pais falecidos

FAMILIAR FALECIDO	QT	%
Pais	6	20,00
Cônjuge	0	0
Nenhum	24	80,00
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Foi perguntado aos alunos se os mesmos possuem cônjuges ou pais falecidos, para compreender a situação familiar, 20% dos estudantes têm pais falecidos, e a grande maioria totalizando 80% não possuem cônjuges ou pais falecidos. (Tab. 18). Na Tab. 19 buscou-se entender a situação conjugal dos pais dos entrevistados, 70% dos respondentes têm pais casados, 30% dos alunos possuem pais separados.

Tabela 4.4.19 – Situação conjugal dos pais

SITUAÇÃO	QT	%
Casados	21	70,00
Separados	9	30,00
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

No quesito nível de escolaridade dos pais dos entrevistados, foi observado que 3,33% não possuíam escolaridade, 46,67% dos pais possuem ensino fundamental de 1º ao 5º ano,

outros 20% têm nível de ensino fundamental de 6º ao 9º ano, e o mesmo percentual de 20% possuem ensino médio, e 10% dos pais dos alunos têm o ensino superior. (Tab. 20). Na Tab. 21 foi perguntado sobre a escolaridade das mães, 3,33% das mães não possuem escolaridade, 30% dos entrevistados declararam que as mães possuem ensino fundamental de 1º ao 5º ano, outros 13,33% afirmaram que as mães têm ensino fundamental de 6º ao 9º ano, já 36,67% das mães terminaram o ensino médio, 10% delas possuem ensino médio e 6,67% têm pós-graduação.

Tabela 4.4.20 – Nível de escolaridade do pai

ESCOLARIDADE	QT	%
Nenhuma	1	3,33
Ensino fundamental: 1º ao 5º ano	14	46,67
Ensino fundamental: 6º ao 9º ano	6	20,00
Ensino médio	6	20,00
Ensino superior	3	10,00
Pós-graduação	0	0
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 4.4.21 – Nível de escolaridade da mãe

ESCOLARIDADE	QT	%
Nenhuma	1	3,33
Ensino fundamental: 1º ao 5º ano	9	30,00
Ensino fundamental: 6º ao 9º ano	4	13,33
Ensino médio	11	36,67
Ensino superior	3	10,00
Pós-graduação	2	6,67
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Outra questão observada foi em relação à profissão dos pais dos entrevistados, na Tab. 22 constatou-se que 3,33% dos pais são agentes de saúde, 23,34% dos entrevistados afirmam que os pais são agricultores, 20% dos pais são autônomos, outros 3,33% possuem pais bombeiros, 10% dos alunos têm pais caminhoneiros, 3,33% têm pais comerciantes, o mesmo percentual de 3,33% compreende pais farmacêuticos, industrial, metalúrgico, vendedor e vigilante, e outros 3,33% afirmam desconhecer a profissão do pai, 16,68% dos estudantes possuem pais que atuam no serviço público.

No que tange o perfil profissional das mães dos estudantes, 13,33% das mesmas são comerciárias, 16,67% são costureiras, 3,33% das mães são doceiras, 40,00% dos respondentes afirmam ter mães donas de casa, 3,33% são esteticistas, já 6,67% representam mães feirantes, a mesma porcentagem de 6,67% compõem mais funcionárias públicas e 10,00% dos estudantes possuem mães professoras. (Tab. 23).

Tabela 4.4.22 – Profissão do Pai

PROFISSÃO	QT	%
Agente de Saúde	1	3,33
Agricultor	7	23,35
Autônomo	6	20,00
Bombeiro	1	3,33
Caminhoneiro	3	10,00
Comerciante	1	3,33
Farmacêutico	1	3,33
Industrial	1	3,33
Metalúrgico	1	3,33
Não sabe	1	3,33
Serviço Público	5	16,68
Vendedor	1	3,33
Vigilante	1	3,33
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 4.4.23 – Profissão da Mãe

PROFISSÃO	QT	%
Comerciária	4	13,33
Costureira	5	16,67
Doceira	1	3,33
Donas de casa	12	40,00
Esteticista	1	3,33
Feirante	2	6,67
Funcionária Pública	2	6,67
Professora	3	10,00
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 4.4.24 – Benefícios Adquiridos

BENEFÍCIO	QT	%
Alimentação	1	3,33
Alimentação + Transporte	15	50,00
Alimentação + Transporte + Creche	1	3,33
Alimentação + Transporte + Permanência	4	13,33
Permanência	2	6,68
Alimentação + Moradia + Permanência	1	3,33
Alimentação + Permanência	1	3,33
Alimentação + Moradia	1	3,33
Alimentação + Transporte + Moradia + Permanência	1	3,33
Transporte	2	6,68
Outro (Temporário)	1	3,33
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

No aspecto de recebimentos de auxílios, os estudantes estão subdivididos da seguinte maneira: 3,33% dos alunos recebem apenas o auxílio alimentação para provimento de suas necessidades durante um mês letivo. Outros 50,00% que representam a grande maioria dos respondentes recebem os auxílios alimentação e transporte. 3,33% referem-se aos estudantes contemplados com o auxílio alimentação, transporte e creche, sendo o auxílio creche destinado aos estudantes com filhos de até 3 anos e 11 meses. Outros 13,33% dizem respeito aos alunos que recebem auxílios alimentação, transporte e bolsa permanência também conhecido como manutenção acadêmica. Já 6,68% dos respondentes afirmam que recebem apenas a bolsa permanência, e que para recebimento precisam estar em um projeto ou estágio na universidade. 3,33% dos entrevistados recebem os auxílios alimentação, moradia e permanência, o mesmo percentual de 3,33% recebem os auxílios alimentação e bolsa permanência. Outros 3,33% dos respondentes são contemplados com o alimentação e o auxílio moradia, e o mesmo percentual de 3,33% representa os alunos auxiliados pela

alimentação, transporte, moradia e permanência. 6,68% dos estudantes fazem uso do auxílio transporte, e 3,33% dos respondentes recebem um auxílio temporário. (Tab. 24).

Tabela 4.4.25 – Há quantos períodos recebe o auxílio

PERÍODOS	QT	%
2	2	6,67
3	4	13,32
4	5	16,67
5	1	3,33
6	5	16,67
7	8	26,67
8	5	16,67
TOTAL	30	100

Fonte: Elaborada pela autora.

Na Tab. 25 a questão abordada refere-se à quantidade de períodos que os alunos recebem os auxílios estudantis. 6,67% dos respondentes informaram que faz dois períodos que fazem uso dos auxílios. Já 13,32% dos estudantes são auxiliados pelos programas a três períodos. Outros 16,67% dos respondentes são contemplados pelos programas a quatro períodos. 3,33% dos alunos respondentes recebem a ajuda estudantil a cinco períodos. 16,67% representam o percentual de alunos contemplados pelos programas a seis períodos estudantis. A maioria dos respondentes representam 26,67% dos estudantes, e estes são beneficiados a sete períodos. 16,67% totalizam os estudantes que recebem o apoio a oito períodos.

Tabela 4.4.26 – Critério para a solicitação dos auxílios

CRITÉRIO	QT	%
Desemprego	3	10,00
Mora em outra cidade	2	6,67
Vulnerabilidade Financeira	25	83,33
TOTAL	30	100

Fonte: Elaborada pela autora.

No quesito critério para a obtenção dos auxílios, a Tab. 26 demonstra que o fato de estar desempregado corresponde a 10,00% dos respondentes. Já a realidade de morar em uma cidade e estudar em outra foi o critério de 6,67% dos estudantes. A grande maioria dos alunos, totalizado 83,33% declarou vulnerabilidade financeira como principal fator para o requerimento dos auxílios estudantis.

Tabela 4.4.27 – Dificuldades encontradas

DIFICULDADE	QT	%
Dificuldade de adaptação	6	20,00
Dificuldade com o distanciamento da cidade natal e família	4	13,33
Somente dificuldade financeira	20	66,67
TOTAL	30	100

Fonte: Elaborada pela autora.

Outro aspecto observado e questionado durante as entrevistas, foi a de conhecer se além das dificuldades financeiras, os estudantes enfrentaram outros obstáculos no decorrer de sua permanência na Universidade. 20,00% dos alegaram sofrer dificuldades de adaptação, os estudantes que apontaram o fato encontraram alguns desafios para se adaptarem ao ritmo de estudos de uma universidade. Já 13,33% dos alunos informaram que dificuldade ocorreu no distanciamento da família e da cidade natal, os mesmos precisaram reorganizar a vida em uma nova cidade, tendo novas tarefas e atividades. Outros 66,67% afirmaram que a grande dificuldade de fato é o fator financeiro, tendo em vista que nem todas as famílias podem dar esse apoio aos seus filhos. (Tab. 27).

Nesse tópico em especial, um estudante revelou com propriedade as várias dificuldades e adaptações que precisou realizar, demonstrando a importância do apoio estudantil nas universidades:

(...) muito difícil conciliar os estudos com a organização do apartamento por exemplo: fazer comida, lavar pratos, lavar banheiro, lavar roupas, etc. Realmente tive que aprender a me virar aprendendo de tudo um pouco. Além do fato de ficar afastado da minha cidade natal, dos meus pais, o lugar que eu vivi a vida inteira. Uma coisa que frustra um pouco, e até desanima, é ter que ver seus pais apenas duas

vezes por mês. E o que lhe ajuda muito são os auxílios, que lhe permite continuar estudando sem interferir tanto no sustento do restante de sua família. (Entrevistado B, 24 anos, solteiro).

Na Tab. 28, o questionamento foi sobre a importância dos auxílios para os respondentes, e nesse quesito o resultado foi unânime por parte dos estudantes, 100,00% dos entrevistados declaram que os auxílios são de extrema importância.

Outro fator observado foi o da oferta de uma política de permanência estudantil, se a UFPE – CAA de fato precisa manter esses auxílios, mais uma vez 100,00% dos entrevistados declaram que é de extrema importância a existência dessas políticas. (Tab. 29).

Há uma necessidade de enfatizar novamente, o aspecto positivo dado aos programas de assistência estudantil, tendo em vista que o apoio financeiro destinado aos estudantes entrevistados ultrapassa o meio acadêmico, ao passo de interferir na realidade de suas famílias, conforme depoimento a seguir:

A entrevistada C, acredita que:

Ah sim, com certeza. As políticas de permanência estudantil influenciam sim, são totalmente positivas pra mim e isso reflete na minha família. Hoje minha família olha para a universidade com um olhar diferente, pois sabe que existe alguém que irá dar um suporte para que nós estudantes com baixa renda, essas políticas nos permitem conquistar um espaço melhor. Faz com que a nossa família acredite mais em nós mesmos e isso faz uma diferença muito grande, muda à realidade, muda a visão do nosso ambiente com toda a certeza (Estudante C, 30 anos, casada).

Tabela 4.4.28 – Importância dos auxílios

IMPORTÂNCIA	QT	%
Sem importância	0	0
Extrema importância	30	100
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 4.4.29 – Política de permanência estudantil

IMPORTÂNCIA	QT	%
Sem importância	0	0
Extrema importância	30	100
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 4.4.30 – Influência dos auxílios na conclusão do ensino superior

POSSIBILIDADE DE CONCLUSÃO	QT	%
Não conseguiriam concluir o ensino superior sem os auxílios	11	36,67
Concluiriam, mas afirmam que teriam mais dificuldades, além das existentes.	19	63,33
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Outra questão observada foi a de questionar os respondentes sobre a inexistência dos auxílios acadêmicos, se os mesmos conseguiriam concluir o ensino superior na UFPE – CAA. Dentre os entrevistados, 36,67% afirmaram com convicção que não conseguiriam chegar até o final do curso, por alegarem falta de recursos financeiros por parte deles mesmos ou das famílias. Já 63,33% dos alunos declaram que conseguiriam concluir a universidade, com várias outras dificuldades além das existentes. (Tab. 30).

Em relação à influência dos auxílios estudantis para os alunos da UFPE, é sem sombra de dúvidas um divisor de águas, pois os mesmos permitem que além de alcançarem o objetivo da universidade, possam manter com seus custos. A esse respeito o Fonaprace se posiciona da seguinte maneira:

“... As propostas que mais uma vez encaminhamos dizem respeito a uma política que possa assegurar ao estudante sua permanência na Universidade e com isso, possibilitar melhor desempenho nas questões acadêmicas e, por conseguinte, melhor qualificação”. (Fonaprace, 1993, p. 161).

Tabela 4.4.31 – Atual situação profissional

SITUAÇÃO PROFISSIONAL	QT	%
Não exercem atividade remunerada	13	43,33
Exercem atividade remunerada no setor administrativo	8	26,67
Exercem atividade remunerada no setor público	3	10
Exercem atividade remunerada no comércio	2	6,67
Exercem atividades como estagiário	4	13,33
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Como mostra a Tab. 31, no quesito atual situação profissional, 43,33% dos estudantes não exercem atividade remunerada. Já 26,67% dos respondentes exercem atividade remunerada, sendo a mesma no setor administrativo. Outros 10,00% trabalham no setor público. 6,67% dos estudantes trabalham em atividades no comércio. Já 13,33% dos alunos afirmaram que trabalham em regime de estágio.

No que tange a idade dos entrevistados ao ingressarem no mercado de trabalho, a Tab. 32. evidencia-nos que 13,34% dos estudantes nunca trabalharam, 3,33% iniciaram no trabalho a partir dos 10 anos de idade. O mesmo percentual de 3,33% ingressaram no mercado de trabalho aos 12 anos. 6,67% dos entrevistados começaram a trabalhar aos 13 anos de idade. Já 10,00% dos respondentes começaram sua jornada aos 15 anos. O mesmo percentual de 10,00% ingressou no trabalho aos 17 anos de idade. A grande maioria dos estudantes, totalizando 20,00% ingressou no mercado a partir dos 18 anos de idade. Outros 10,00% dos estudantes começaram trabalhar aos 19 anos. Já 13,34% dos respondes iniciaram sua vida no mercado de trabalho aos 20 anos. E 3,33% dos estudantes começaram a trabalhar aos 21 anos, igualmente 3,33% dos alunos tiveram seu primeiro emprego aos 22 anos. Da mesma forma 3,33% dos respondentes tiveram a experiência do trabalho somente aos 25 anos.

Tabela 4.4.32 - Inserção no mercado de trabalho

IDADE	QT	%
Nunca trabalhou	4	13,34
10 anos	1	3,33
12 anos	1	3,33
13 anos	2	6,67
15 anos	3	10
17 anos	3	10
18 anos	6	20
19 anos	3	10
20 anos	4	13,34
21 anos	1	3,33
22 anos	1	3,33
25 anos	1	3,33
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Outra importante questão foi levantada, o fato dos estudantes precisarem optar entre o estudo ou o trabalho. Na Tab. 33 60,00% dos respondentes afirmaram que tiveram que fazer esta escolha, e optaram por permanecer na universidade. Outros 40,00% não precisaram passar por essa experiência.

Tabela 4.4.33 – Trabalho x Estudo

ESCOLHA	QT	%
Precisaram escolher entre trabalho e estudo, e optaram por permanecer na universidade.	18	60
Não precisaram escolher	12	40
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 4.4.34 – Carreira Profissional na área de estudo e pretensão

SITUAÇÃO	QT	%
Já trabalham na área do curso, desejam continuar na área do curso.	15	50
Não trabalham, mas acreditam que estarão na função em breve.	15	50
TOTAL	30	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Já a Tab. 34 nos mostra outro fator importantíssimo, o fato de conhecer se os estudantes entrevistados já atuam na área de estudo. Nesse aspecto identificou-se que 50,00% dos respondentes já trabalham na área administrativa e pretendem permanecer nesse ramo. Outros 50,00% ainda não trabalham na área do curso, porém pretendem ingressar no campo o quanto antes, assim que concluírem o curso.

Tabela 4.4. 35 - Tabela conclusiva

	FAIXA ETÁRIA/COR	Todo em escola pública	Todo em escola particular	Maior parte em escola particular	Bolsista em escola particular	Especificações
HOMENS	De 18 a 24 anos/Brancos	1				Tem renda e se sustenta totalmente e com 3 aux.
			1			Tem renda e se sustenta totalmente e com 2 aux.
	De 18 a 24 anos/Negros			1		Tem renda e se sustenta totalmente e com 3 aux.
		1				Tem renda, mas recebe ajuda da família com 3 aux.
	De 18 a 24 anos/Pardos	2				Tem renda, mas recebe ajuda da família com 2 aux.
				1		Tem renda, mas recebe ajuda da família com 2 aux.
		1				Tem renda e se sustenta totalmente e com 3 aux

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 4.4. 36 – Tabela Conclusiva

	FAIXA ETÁRIA/COR	Todo em escola pública	Todo em escola particular	Maior parte em escola particular	Bolsista em escola particular	Especificações
MULHERES	De 18 a 24 anos/Branças	2				Tem renda e se sustentam totalmente, ajudam a família com 2 aux.
			2			Tem renda e se sustentam totalmente, ajudam a família com 1 aux.
	De 18 a 24 anos/Negras		1			Tem renda e se sustenta totalmente, mas recebe ajuda da família com 2 aux.
				1		Tem renda e se sustenta totalmente e com 2 aux.
	De 18 a 24 anos/Pardas				1	Sem renda e com 1 aux.
		2				Tem renda e se sustentam totalmente, ajudam a família com 3 aux.
		2				Tem renda e se sustentam totalmente, ajudam a família com 2 aux.
		1				Tem renda mas recebe ajuda da família, com 1 aux.
		1				Tem renda e se sustenta totalmente, ajudam a família com 1 aux.

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 4.4. 37 – Tabela Conclusiva

	FAIXA ETÁRIA/COR	Todo em escola pública	Todo em escola particular	Maior parte em escola particular	Bolsista em escola particular	Especificações
MULHERES	De 25 a 34 anos/ Brancas	1				Tem renda, se sustentam totalmente e ajudam a família com 1 aux.
		1				Tem renda, se sustentam totalmente e ajudam a família com 2 aux.
		1				Tem renda mas recebe ajuda da família, com 2 aux.
			1			Tem renda, se sustentam totalmente e ajudam a família com 2 aux.
			1			Tem renda e se sustenta totalmente com 2 aux.
	De 25 a 34 anos/ Pardas		1			Tem renda, se sustentam totalmente e ajudam a família com 2 aux.
		1				Tem renda e se sustenta totalmente com 2 aux.
		1				Tem renda e se sustenta totalmente com 1 aux.
	De 25 a 34 anos/ Negras	1				Tem renda mas recebe ajuda da família, com 4 aux.

Fonte: Elaborada pela autora.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos foi possível identificar um crescimento considerável de estudantes de baixa condição financeira e socioeconômica nas IFES. Isso vem ocorrendo devido às políticas de inclusão social, de ações afirmativas, entre outros projetos. Desse modo, é possível perceber que essas iniciativas auxiliam na redução das desigualdades de acesso e permanência dessa população na universidade.

É importante salientar, a criação do PNAES que veio com o objetivo de destinar recursos para a manutenção dos programas de assistência estudantil das IFES, ofertado aos estudantes em situação socioeconômica vulnerável.

Desse modo, o trabalho em questão buscou compreender os possíveis impactos dos programas de assistência estudantil desenvolvidos pela UFPE através de recurso PNAES e PROAES, tendo como ponto de partida os estudantes concluintes de Administração.

Os dados coletados revelaram que os programas de assistência estudantil contribuem para minimizar as desigualdades raciais e socioeconômicas a partir da realidade do público entrevistado, tendo em vista que permitem as mulheres uma maior independência e autonomia em relação aos pais, gerando maior visibilidade e participação no âmbito familiar.

Em relação à realidade familiar, os dados demonstraram também que o apoio financeiro destinado às estudantes do sexo feminino vai para além da vida acadêmica, interferindo na dinâmica familiar já que contribuem para aliviar as despesas financeiras. Os dados mostraram a importância e o crescimento do número de mulheres na universidade.

Vale ressaltar, ainda, que os programas de auxílio estudantil promovem aos estudantes o acesso e a permanência na Universidade, desde o auxílio transporte que facilita o deslocamento do local de moradia até a faculdade e vice-versa, o auxílio alimentação que permite o estudante a permanecer na Universidade ao longo do dia, o auxílio moradia para os estudantes oriundos de outras cidades, as bolsas de estágios ou permanência, entre outros, reduzindo de forma considerável a evasão desses estudantes e a possível desistência da graduação.

É correto afirmar, que investir em programas de assistência estudantil é algo de extrema necessidade e importância, pois os mesmos agem no sentido de uniformizar oportunidades de acesso e permanência de grupos historicamente excluídos desse universo e, sobretudo, garantir os direitos sociais. Porém, além da necessidade dos programas, há uma necessidade de fiscalizar e bem direcionar a verba destinada a tais programas, de modo que os estudantes com maior vulnerabilidade financeira sejam o principal alvo dessas ações. O Fonaprace elucida a importância e relevância do apoio estudantil existente nas universidades, conforme a citação a seguir:

“... torna-se imperativo sensibilizar as autoridades, os legisladores e a comunidade Universitária para a importância da Assistência como parte de um projeto acadêmico que tem função fundamental de formar cidadãos qualificados e competentes.” (Fonaprace, 2000).

Para finalizar, é importante elucidar a relevância deste trabalho para o debate sobre algumas questões, principalmente no aspecto da assistência estudantil enquanto uma política social de direito, que precisa receber um olhar mais direcionado, e necessita de mais investimentos para seu aprimoramento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Educação pública e Serviço Social. Serviço Social & Sociedade em Revista**, Ano XXI, nº 63, Julho 2000 – São Paulo: Editora Cortez.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. 3. Ed. São Paulo: Moderna, 2001.
- AURELIANO, L. & DRAIBE, S.M. “A especificidade do ‘welfare state’ brasileiro”. In: *Economia e Desenvolvimento* 3, Brasília, MPAS/Cepal, 1989, pp.86-179.
- AZEVEDO, J. M. L. **A Educação como Política Pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação**. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). *Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- BRANDÃO, André; MARINS, Mani Tebet Azevedo de. **Desigualdades entre mulheres e homens no acesso à Universidade pública**. In. BARBOSA, Jorge Luiz; BRANDÃO, André; PINTO, Gisele (organizadores). *Jovens de camadas populares e universidade*. Rio de Janeiro: UFF, 2007, p. 197-224.
- BRASIL. **Câmara dos Deputados. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. MEC. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 19 nov. 2014.
- BRASIL. **Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências**. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0200.htm>. Acesso em: 04 dez. 2014.
- BUENO, Luciano. “A Aplicação da Advocacy Coalition Framework (ACF) na Análise da Evolução da Política Pública de Controle de Armas no Brasil”. Trabalho apresentado no GT Políticas Públicas do XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 25-29 de outubro, Caxambu: MG. 2005.
- CANIVEZ, P. **Educar o Cidadão?**. São Paulo: Papyrus, 1991.
- CHAHAD, J. P. Z. & CERVINI, R. (org.) **Crise e infância no Brasil**, São Paulo, Unicef/USP, 1988.
- COMPAYRÉ, Gabriel. **A educação moral**. In: *L’Education intellectuelle et morale*. Paris, Librairie Classique Paul Delaplane, 1908.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%20C3%A7ao.htm. Acesso em: 27 nov. 2014.

CROISSET, Alfred. **As necessidades da democracia em matéria de educação**. IN: L'éducation de la Democratie. Tradução de Zélia Leonel. Paris: Félix Alcan éditeur, 1903.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2004.

DEMO, Pedro, 1941- **Política Social, educação e cidadania** / Pedro demo. – Campinas, SP: Papirus 1994. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho pedagógico).

DEMO, Pedro. **Cidadania & emancipação**. In: Tempo Brasileiro, nº100, jan.-mar. 1990, pp. 53-72.

DOURADO, L. F. “**Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90**”. In: CEDES, Revista Educação e Sociedade. São Paulo: Cortez; Unicamp, CEDES, vol. 23, nº80, set. 2002;

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice- Hall. 1984.

FINATTI, Elmer Betty e ALVES, Jolinda de Moraes. **Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes da UEL – indicadores para a implantação de uma política de assistência estudantil**. In: KULLMANN, Geila Gonçalves. et al. Apoio Estudantil: reflexões sobre o Ingresso e Permanência no Ensino Superior. Santa Maria: Editora da UFSM: 2008.

FONAPRACE, **I Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES**, Brasília, 1997.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. **Assistência Estudantil: uma questão de investimento**, 2000.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes de graduação das IFES**, 2004.

FUCKS, Mario. “**Arenas de Ação e Debate Públicos: Conflitos Ambientais e a Emergência do Meio Ambiente Enquanto Problema Social no Rio de Janeiro**”, Dados 41 (1): 230-245. 1998.

HÖFLING, E. M. “**Estado e Políticas (Públicas) Sociais**”. In: CEDES. Cadernos CEDES: Políticas Públicas e Educação. São Paulo: Cortez; Unicamp, CEDES, nº555, 2002.

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/matriculas-no-ensino-superior-crescem-3-8>. Acesso em: 27 nov. 2014.

JAGUARIBE, H. et alii. **Brasil 2000 – para um novo pacto social**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

MALHOTRA, Naresch K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 720p.

MARQUES, Eduardo C. **Estado e Redes Sociais: Permeabilidade e Coesão nas Políticas Urbanas no Rio de Janeiro**. São Paulo: FAPESP; Rio de Janeiro: Revan. 2000.

MEAD, L.M. “**Public Policy: Vision, Potential, Limits**”, Policy Currents, Fevereiro: 1-4. 1995.

MELLO, Guiomar Namó de. **Políticas Públicas de Educação**. 1991.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Bolsa Família Condicionais**. <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Guia de Políticas e Programas**, 2011.

MUÑOZ Amato, Pedro. **Introdução à teoria geral de administração pública**. Trad. e adap. de Benedicto Silva 12. Ed.1 Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Servo de publicações, 1971.

PAES DE PAULA, A. P. **Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social**. Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro: ERA/Debate, 2005.

PEREIRA. L. C. **Gestão do Setor Público: estratégia e estrutura para um novo Estado**. In: BRESSER PEREIRA. L.C. e SPINK, P. (org). Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Rio de Janeiro. FGV, 1998.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PESTANO, Cíntia Ribes & REIS, Carlos Nelson. **A especificidade da Assistência Social: algumas notas reflexivas**. Revista Virtual Textos e Contextos, nº 5, ano V, nov.2008.

PINTO, L. F. S. “**O social inadiável**”, São Paulo, Fund. Salim Maluf, 1984.

PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS ESTUDANTIS (Proaes) – **Assistência Estudantil**. <https://www.ufpe.br/caa/index.php?option=com_content&view=article&id=298&Itemid=218> Acesso em 05 dez. 2014.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOARES. L. T. **Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina**. São Paulo. Cortez, 2000.

SILVA, E. G. **Desempenho Institucional: a política de qualificação dos docentes da UESB**. 2009. 134 f. Dissertação (Mestrado) – UNEB / Departamento de Ciências Humanas, Salvador.

SOUZA, Celina. **Sociologias**. Porto Alegre. 2006.

SOUZA, C. **Estado da arte da pesquisa em políticas públicas**. In.: HOCHMAN, G. ;ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (org.) Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. p.65-86.

SOUZA FILHO, R. de. **Estado, Burocracia e Patrimonialismo no Desenvolvimento da Administração Pública Brasileira**. 2006. 395 fls. Dissertação (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SPOSATI, A. **Vida urbana e gestão da pobreza**, São Paulo, Cortez, 1988. – et alii. Os direitos (dos desassistidos) sociais, São Paulo, Cortez, 1989.

SPOSATI, A. **Especificidade e intersetorialidade da política de assistência social. Serviço Social e Sociedade 77**. Cortez editora. São Paulo. Março, 2004.

TEIXEIRA, Celso Elenaldo - **O papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na transformação da Realidade**. AATR-BA. 2002.

TORRES, M. D. F. **Estado, democracia e Administração Pública no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2004.

TREVISAN, A. P; BELLEN, H. M. V. **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção**. In: Revista de Administração Pública - RAP- Rio de Janeiro, 42 (3):529-50. Maio/Junho, 2008.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

YIN, R.K. **Estudo de caso. Planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista referente à monografia: Os auxílios estudantis e sua influência para a permanência dos estudantes de administração no CAA.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- | | |
|---|---|
| <p>1) Sexo:
 <input type="checkbox"/> M.
 <input type="checkbox"/> F.</p> <p>2) Faixa Etária:
 <input type="checkbox"/> 18 a 24.
 <input type="checkbox"/> 25 a 34.
 <input type="checkbox"/> 35 a 44.
 <input type="checkbox"/> 45 a 54.
 <input type="checkbox"/> 55 a 65.
 <input type="checkbox"/> mais de 65.</p> <p>3) Como você se considera?
 <input type="checkbox"/> Branco(a).
 <input type="checkbox"/> Amarelo(a).
 <input type="checkbox"/> Pardo(a).
 <input type="checkbox"/> Indígena(a).
 <input type="checkbox"/> Preto(a).</p> | <p>4) Estado civil:
 <input type="checkbox"/> Solteiro(a).
 <input type="checkbox"/> Casado(a).
 <input type="checkbox"/> Divorciado(a).
 <input type="checkbox"/> Viúvo(a).</p> <p>5) Quantos filhos você tem?
 <input type="checkbox"/> Um.
 <input type="checkbox"/> Dois.
 <input type="checkbox"/> Três.
 <input type="checkbox"/> Quatro ou mais.
 <input type="checkbox"/> Não tenho filhos.</p> |
|---|---|

ESCOLARIDADE DO ESTUDANTE

- | | |
|---|--|
| <p>6) Em que tipo de escola você concluiu o ensino fundamental?
 <input type="checkbox"/> Todo em escola pública.
 <input type="checkbox"/> Todo em escola particular.
 <input type="checkbox"/> Maior parte em escola pública.
 <input type="checkbox"/> Maior parte em escola particular.
 <input type="checkbox"/> Bolsista na particular.</p> <p>7) Em que tipo de escola você concluiu o ensino médio?
 <input type="checkbox"/> Todo em escola pública.
 <input type="checkbox"/> Todo em escola particular.
 <input type="checkbox"/> Maior parte em escola pública.
 <input type="checkbox"/> Maior parte em escola particular.
 <input type="checkbox"/> Bolsista na particular.</p> | <p>8) Já possui curso de graduação?
 <input type="checkbox"/> Sim.
 <input type="checkbox"/> Não.
 Se sim, especifique curso e instituição:

 _____</p> <p>9) Com quantos anos você concluiu o ensino médio? _____.</p> <p>10) Com quantos anos ingressou na universidade? _____.</p> |
|---|--|

SITUAÇÃO DE MORADIA E RENDA DO (A) ESTUDANTE

11) Onde e como você mora atualmente?

- Em casa ou apartamento, sozinho.
- Em casa ou apartamento, com pais e/ou parentes.
- Em casa ou apartamento, com cônjuge e/ou filhos.
- Em casa ou apartamento, com outras pessoas (incluindo república).
- Em alojamento universitário da própria instituição de ensino.
- Em outros tipos de habitação individual ou coletiva.

Tenho renda, mas recebo ajuda da família ou de outras pessoas para financiar meus gastos.

- Tenho renda e me sustento totalmente.
- Tenho renda, me sustento e contribuo com o sustento da família.
- Tenho renda, me sustento e sou o principal responsável pelo sustento da família.
- Não tenho renda e meus gastos são financiados pela minha família ou por outras pessoas.

12) Moradia da família:

- Imóvel próprio.
- Imóvel alugado.
- Imóvel financiado.
- Imóvel cedido.

13) Qual meio de transporte que você utiliza para chegar a Universidade?

- Carona, a pé, bicicleta.
- Transporte coletivo.
- Transporte alugado.
- Transporte próprio (carro/moto).

14) Quantas pessoas, da sua família, moram com você na mesma casa? (Contando com seus pais, irmãos, cônjuge, filhos ou outros parentes que moram na mesma casa com você).

- Nenhuma.
- Uma.
- Duas.
- Três.
- Quatro.
- Cinco.
- Seis.
- Mais de seis.

15) Somando sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é aproximadamente, a renda familiar?

- Nenhuma renda.
- Até 1 salário mínimo (até R\$ 724,00).
- De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 724,01 até R\$ 2.172,00).
- De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.172,01 até R\$ 4.344,00).
- De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 4.344,01 até R\$ 6.516,00).
- De 9 a 12 salários mínimos (de R\$ 6.516,01 até R\$ 8.688,00).

16) Assinale a situação abaixo que melhor descreve seu caso (incluindo os auxílios).

INFORMACÕES FAMILIARES

- 1) Você tem pais ou cônjuge falecidos?
 Sim
 Não
Quem: _____.
- 2) Situação conjugal dos seus pais:
 Casados Separados
- 3) Até que nível de ensino seu pai estudou?
 Nenhuma escolaridade.
 Ensino fundamental: 1º ao 5º ano (antiga 1ª à 4ª série).
 Ensino fundamental: 6º ao 9º ano (antiga 5ª à 8ª série).
 Ensino médio.
 Ensino superior.
 Pós-graduação.
- 4) Até que nível de ensino sua mãe estudou?
 Nenhuma escolaridade.
 Ensino fundamental: 1º ao 5º ano (antiga 1ª à 4ª série).
 Ensino fundamental: 6º ao 9º ano (antiga 5ª à 8ª série).
 Ensino médio.
 Ensino superior.
 Pós-graduação.
- 5) Em que seu pai trabalha ou trabalhou, na maior parte da vida?
- 6) Em que sua mãe trabalha ou trabalhou, na maior parte da vida?

PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

- 7) Quais os auxílios você faz uso para custeio de suas despesas com o curso?
 Auxílio Alimentação.
 Auxílio Transporte.
 Auxílio Creche.
 Auxílio Moradia.
 Outro. _____.
- 8) Há quantos períodos você recebe os auxílios? _____.
- 9) Por qual motivo você solicitou os auxílios?
- 10) Para os estudantes de outras cidades além das dificuldades financeiras, foram encontradas outras dificuldades, como distanciamento da família ou adaptação?

INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

- 11) Como você avalia a importância dos auxílios?
- 12) Você acredita realmente que a UFPE – CAA deve oferecer uma política de permanência ou de apoio estudantil? Justifique.
- 13) Sem a concessão dos auxílios seria possível concluir o ensino superior? Justifique.
- 14) Você exerce alguma atividade remunerada? Se sim em que setor?
- 15) Com que idade começou a trabalhar? _____.
- 16) Houve momentos em que precisou fazer uma escolha entre trabalho e estudo? Quando e por quê?
- 17) Você já trabalha na área do seu curso? Quais as expectativas com o término do mesmo?